

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO ARRUDA ALVIM WAMBIER

**DIREITO DESPORTIVO: A INTERAÇÃO ENTRE AS NORMAS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DESPORTIVA E DA VEDAÇÃO DO
ACESSO ÀS CORTES ORDINÁRIAS**

CURITIBA

2016

PEDRO ARRUDA ALVIM WAMBIER

**DIREITO DESPORTIVO: A INTERAÇÃO ENTRE AS NORMAS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DESPORTIVA E DA VEDAÇÃO DO
ACESSO ÀS CORTES ORDINÁRIAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Direito pela
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Jr.

CURTIBA

2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sempre, agradeço aos meus pais, aqueles que me fizeram ser quem eu sou, aqueles sem os quais absolutamente nada seria possível e aqueles aos quais procuro me dedicar todos os dias que me levanto da cama. Escolhi fazer direito muito em função do ambiente em que cresci, com pais e todos os familiares advogados, e confesso que não me arrependo por nenhum segundo. Então, obrigado, não só pela ajuda neste trabalho, mas também por tudo o que me foi oportunizado na vida por vocês.

Aos Pensadores, os melhores amigos que poderia imaginar fazer dentro do curso. Os melhores momentos desses cinco anos foram com vocês. Mesmo com cada um tomando o seu rumo na vida a partir de agora, manteremos nossos laços apertados e com muitos churrascos nas quintas-feiras.

À minha namorada, Lara Richter, minha companheira de todos os dias. Ela, que me apoiou e me acompanhou em toda essa jornada da monografia, estudando ao meu lado para os seus vestibulares de Medicina e sempre muito paciente para ouvir minhas ideias comentar, discordar, e ficar até tardes horas da madrugada comigo com os livros abertos e o computador ligado.

Ao Grupo de Direito Desportivo da UFPR, minha maior contribuição à Faculdade, e que, com a ajuda dos meus amigos participantes, aflorou em mim a paixão pelo Direito Desportivo, me dando a certeza do que eu quero para o meu futuro. Todas as reuniões, encontros, congressos e artigos estão aqui, neste trabalho, representados.

Ao meu orientador, Dr. Vicente Ataíde de Paula Jr, que foi pego de surpresa com minha súbita mudança de tema, mas que, mesmo assim, topou entrar nessa comigo e pôde me orientar quando necessário.

Por fim, aos professores de Direito Desportivo que me introduziram a essa área. Leonardo Andreotti, Gustavo Delbin, Roberto Armelin, Rafael Fachada, Gustavo Souza, Márcia Santos, o grande Álvaro Melo Filho, e todos os demais que participaram até então dessa minha jornada no mundo jus desportivo.

Enfim, a todos aqueles que me ajudaram, apoiaram, torceram e acompanharam meu caminho por este curso, deixo o meu “muito obrigado”.

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo tratar do acesso à Justiça Comum quando se estiver diante de causas desportivas e várias implicações e consequências que contornam o tema. Primeiramente, fez-se uma introdução ao tema do direito desportivo e da Justiça Desportiva, em âmbito nacional e, posteriormente, em âmbito internacional, no tocante à sua organização e sua forma de resolução de disputas – através do Tribunal Arbitral do Esporte. Localizado em Lausanne, na Suíça, o Tribunal tem grande papel na uniformização da jurisprudência jurídico desportiva em âmbito global. Posteriormente, pôs-se em análise a condição imposta pelo art. 217, §1º, da Constituição Federal, no sentido de se acionar o Judiciário somente após o esgotamento das instâncias desportivas. Questionou-se, então, qual seria o momento deste esgotamento: a última instância da Justiça Desportiva brasileira ou o Tribunal Arbitral do Esporte? A lei e os regulamentos não tratam disso de forma clara; há argumentos tanto para um lado como para o outro. Em seguida, foi abordada a polêmica relativa à vedação que as Federações Internacionais (utilizando-se a FIFA como exemplo) impõem quanto ao acesso às cortes ordinárias dos países cujas Confederações são suas afiliadas. Com isso, um grande conflito “além da norma” é estabelecido, envolvendo questionamentos que vão desde a soberania dos Estados até o caráter supra estatal e transnacional da normatização internacional do Direito Desportivo.

Palavras-chave: Direito Desportivo, STJD, TAS/CAS, Tribunal Arbitral do Esporte, Federações Internacionais, FIFA, Lex Sportiva.

ABSTRACT

This paper aims to broach the matter of the access of sports claims to Courts of General Jurisdiction and the various implications and consequences surrounding the topic. Firstly, there is an introduction to the topic of sports law and the Sports Courts, on a Brazilian level, and then on an international level, with regard to its organisation and approach to dispute resolution – through the Court of Arbitration for Sport. Located in Lausanne, Switzerland, the Court plays a significant role in the standardisation of sports case law on a global scale. Subsequently, an analysis is made of the condition imposed by Art. 217 §1 of the Federal Constitution, which sets forth that the courts of general jurisdiction must be approached only after exhausting all the possibilities at all instances of sports courts. It is then asked at which point these possibilities are exhausted: at the last instance of Brazilian Sports Courts or at the Court of Arbitration for Sport? The laws and regulations are not clear on this matter; there are arguments that support both options. Next, this paper broaches the controversy regarding the prohibition imposed by International Federations (using FIFA as an example) with regard to access to courts of general jurisdiction in countries where they have affiliated Federations. In this way, a great conflict that goes “beyond the rules” is established, involving issues ranging from the sovereignty of the States to the supra-state and transnational nature of the international rules of Sports Law.

Keywords: Sports Law, STJD, TAS/CAS, Court of Arbitration for Sport, International Federations, FIFA, Lex Sportiva.

LISTA DE SIGLAS

- A.F.A – Associação de Futebol da Argentina
- C.B.B – Confederação Brasileira de Basquetebol
- C.B.D.A – Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
- C.B.F – Confederação Brasileira de Futebol
- C.B.J.D – Código Brasileiro de Justiça Desportiva
- C.O.B – Comitê Olímpico Brasileiro
- C.O.D.E – Código de Arbitragem relacionado ao Esporte
- C.O.I – Comitê Olímpico Internacional
- C.O.N.M.E.B.O.L - Confederación Sudamericana de Fútbol
- F.I.B.A – Fédération Internationale de Basketball
- F.I.F.A – Fédération Internationale de Football Association
- F.I.N.A – Fédération Internationale de Natation
- FI's – Federações Internacionais
- F.P.F – Federação Paulista de Futebol
- I.C.C – International Chamber of Commerce
- O.N.U – Organização das Nações Unidas
- S.T.J.D – Superior Tribunal de Justiça Desportiva
- T.J.D – Tribunal de Justiça Desportiva
- T.A.S/C.A.S – Court of Arbitration for Sport/Tribunal Arbitral du Sport
- W.A.D.A – World Anti-Doping Agency

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

1. INTRODUÇÃO	10
2. DIREITO DESPORTIVO NACIONAL E JUSTIÇA DESPORTIVA	14
2.1. A NORMATIZAÇÃO DO DESPORTO NO BRASIL	14
2.2. JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA	17
3. DIREITO DESPORTIVO INTERNACIONAL	22
3.1. FEDERAÇÕES INTERNACIONAIS – A FIFA	23
3.2. AS “JUSTIÇAS DESPORTIVAS” PELO MUNDO	25
3.1. TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE	28
4. A RELAÇÃO ENTRE O TAS/CAS E A JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA: O ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIAS DESPORTIVAS	39
4.1. CONTRADIÇÕES ENTRE OS ESTATUTOS DA FIFA, CBF E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	39
4.2. O TAS/CAS É A ÚLTIMA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA?	42
5. A PROIBIÇÃO DA FIFA DO ACESSO ÀS CORTES ORDINÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES	45
5.1. O CONFLITO “ALÉM DA NORMA”	45
5.2. O CARÁTER SUPRAESTATAL E TRANSNACIONAL DO DIREITO DESPORTIVO EM ÂMBITO INTERNACIONAL	47
5.3. A VALIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS: RESULTADO DO EXERCÍCIO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DESPORTIVA	55
5.4. O TRATAMENTO IGUALITÁRIO DOS PARTÍCIPES DO MUNDO JURÍDICO DESPORTIVO	59
5.5. NA BALANÇA: VALE A PENA O ACESSO AO JUDICIÁRIO?	60
5.6. A HARMONIZAÇÃO ENTRE A LEX SPORTIVA E AS ORDENS JURÍDICAS ESTATAIS: É POSSÍVEL?	63
6. CONCLUSÃO	65
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

O Direito Desportivo é um fenômeno que ganhou os seus atuais contornos recentemente. O desporto, ao contrário, existe desde a época das primeiras civilizações, sendo, até hoje, um elemento primordial em qualquer cultura, de qualquer parte do globo. Fato que, como não poderia ser diferente, fez com que este não pudesse deixar de ser levado em consideração pelo direito. A normatização do desporto é fenômeno recente, mas que já ganha muita repercussão.

Antes da Constituição Federal de 1988, nunca se deu ao desporto o cuidado necessário. Como elemento fundamental na cultura brasileira, na promoção da paz, na educação, na integração social, etc., entendeu-se urgente a colocação do desporto como uma das prioridades do Estado. Assim, impulsionado pelos benefícios que ele pode trazer a uma sociedade e motivado pela crescente necessidade de se dar o trato adequado à matéria, o constituinte cunhou o art. 217 da CF/88¹.

O desporto, naturalmente, gera conflitos – isso está praticamente em sua essência. A vontade de ganhar, a honra e a superação não impõem limites aos praticantes buscarem dar o seu melhor; o que, inevitavelmente, pode acabar em uma série de desentendimentos – sem falar dos conflitos oriundos da grande quantia de dinheiro que gira neste meio. Com o tempo, mecanismos para solução de conflitos foram sendo desenvolvidos, certamente desde os mais rudimentares, nos tempos das Olimpíadas na Grécia Antiga, até chegar ao que hoje temos, como fruto da própria norma já referida – a criação de uma Justiça especializada para a resolução de seus conflitos: a Justiça Desportiva.

¹ Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A Constituição Federal de 1988 foi inovadora ao instituir a Justiça Desportiva em seu art. 217. Aliás, foi a única Constituição do mundo a fazê-lo. Ao dispor sobre este órgão judicante não-estatal (e não administrativo, ou seja, de natureza jurídica mal definida, por ser apenas um órgão afiliado à entidade máxima da modalidade desportiva na qual atua – por exemplo, CBF, CBB, etc.), a Lei Maior definiu que causas de competência desta só podem ser apreciadas pelo Poder Judiciário quando as instâncias da Justiça Desportiva se esgotarem.

Até aí, não há nada que nos salte aos olhos: apenas uma condição que o Poder Constituinte estabeleceu para que a Justiça Desportiva pudesse ter sua função evidentemente respeitada, uma vez que ela atende às peculiaridades que as demandas desportivas apresentam. Não há nada de errado ao impor que causas relativas a infrações disciplinares e regulamentos de competições devam ser necessariamente submetidas à Justiça Desportiva, podendo ser, apenas posteriormente ao esgotamento das instâncias desta, submetidas ao Poder Judiciário.

Ademais, passo a apresentar o seguinte tema do trabalho: em que momento há este verdadeiro esgotamento? Há quem diga que o Superior Tribunal de Justiça Desportiva seria a última instância recursal; no entanto, há os adeptos da ideia de que a última instância de apelação seria o Tribunal Arbitral do Esporte (TAS/CAS), órgão máximo de resolução de litígios desportivos, sediado na Suíça, de natureza privada e independente. Essa questão envolve inúmeros questionamentos, que serão tratados ao longo desta etapa do trabalho.

Portanto, dentre as questões sobre as quais irei me debruçar, destaca-se este possível conflito de normas que colocam em dúvida a legitimidade do TAS/CAS como instância de apelação no sistema da Justiça Desportiva brasileira. Haverá, certamente, um posicionamento, após sopesarem-se os argumentos postos, sobre a questão.

Com essa garantia constitucional – de se ajuizar ação ordinária contra decisão final dos tribunais desportivos – detecta-se outro problema. Um conflito, mas dessa vez não verdadeiramente de normas, mas sim de interesses e poderes relacionados às Federações Internacionais (utilizar-se-á como exemplo o futebol, que é, evidentemente, o esporte que nos dá a maior possibilidade do estudo pelo vasto material que é disponibilizado). A FIFA, em seu Estatuto, veda expressamente –

exceto em situações excepcionais descritas no próprio documento – que seus afiliados (Confederações, Associações ou Ligas) acionem o poder estatal de seus países para dirimir seus conflitos desportivos (art. 59, §2º).

Assim, surge um conflito interessantíssimo (pode-se chamar de um conflito “além da norma”) uma vez que a Constituição garante este direito, mas que ele não pode ser exercido plenamente, sob risco de sofrer outras consequências administrativas dentro do sistema desportivo.

Este conflito, por sua vez, gera outro questionamento: até que ponto pode a FIFA fazer isso? Leia-se: emitir normas que sejam frontalmente colidentes a Constituições de países cujas Confederações são membros da entidade. O poder da FIFA é absoluto? Não deveria ela ser mais flexível quando se trata de direitos fundamentais? Porque os afiliados acatam tudo o que a FIFA impõe sem questionar? E o mais importante: como resolver isso – se é que há como?

Em seguida, postos todos estes questionamentos, serão expostos argumentos e aspectos de ambos os lados, tanto os pragmáticos como os eminentemente jurídicos, tais como:

a) o caráter supra estatal e transnacional do direito desportivo em âmbito global, que nos remete à possibilidade de as Federações Internacionais buscarem meios coercitivos para a harmonização da interpretação das suas normas;

b) a validade da vinculação à norma que veda o acesso ao Judiciário, pelo fato de que as entidades nacionais são contratualmente ligadas às suas Federações Internacionais e, por isso, devem respeitar e cumprir seus regulamentos;

c) no campo prático, qual a real necessidade de os partícipes do mundo jurídico-desportivo recorrerem às cortes ordinárias de seus países, quando há meios muito mais adequados, prontos e preparados para receberem as causas de origem jus-desportiva; e

d) o objetivo de manter as causas desportivas fora das cortes ordinárias em muito tem a ver com a necessidade de se dar um tratamento igualitário aos partícipes do mundo jurídico-desportivo. Seria inconcebível tratar, por exemplo, no *doping*, uma substância como lícita em um país e ilícita em outro, tendo como consequência a

absolvição de um atleta e a condenação de outro pela mesma conduta. Assim, a previsão da vedação do acesso às cortes ordinárias e o oferecimento de meios extrajudiciais à solução de conflitos desportivos têm também por escopo proteger e preservar o princípio da igualdade.

Por fim, irá se discorrer acerca de uma solução para os conflitos recorrentes entre a ordem jurídica transnacional desportiva e as ordens jurídicas estatais. Afinal, a harmonização da Lex Sportiva e das ordens jurídicas estatais é possível?

2. DIREITO DESPORTIVO NACIONAL E JUSTIÇA DESPORTIVA

Neste tópico, será feita uma introdução ao direito desportivo, com foco na Justiça Desportiva, ramo especializado da Justiça (frise-se, de natureza *sui generis*, ou seja, não faz parte do Judiciário), destinada a julgar os conflitos de natureza desportiva resultantes de infrações disciplinares e dispositivos constantes na legislação desportiva como um todo.

2.1. A NORMATIZAÇÃO DO DESPORTO NO BRASIL

*Nenhum fenômeno com a amplitude do desporto poderia permanecer com tamanha penetração nas massas sem que fosse regulado por normas e regras de caráter internacional e nacional, implicando em adaptações do ordenamento interno, dos Estados em que o fenômeno atua, pois como todo fenômeno social, o desporto tem projeção no ordenamento jurídico*².

É inegável que o desporto é algo presente na vida de todas as pessoas, sem exceção, seja de modo direto ou indireto, seja um praticante ou um mero espectador. Em função de toda a importância social, econômica, comercial, educacional e cultural do desporto, o Estado se viu obrigado a trata-lo como uma questão jurídica, de modo a regulamentá-lo, assim como fez com diversos outros fenômenos da sociedade.

No Brasil, mais especificamente, é função do Estado, como dever constitucional, desenvolver e estimular a prática do desporto, sendo este definido como um “Conjunto de exercícios, praticados individual ou coletivamente, seguindo-se de determinado método, regras e regulamentos, com o propósito de desenvolver a força, a resistência, a agilidade e a superação dos limites do corpo humano”³.

Deve-se destacar que o termo “desporto” jamais deve ser confundido com “esporte”, uma vez que este está ligado à modalidade praticada, enquanto o “desporto” é um conceito maior: é a atividade humana da qual se exige esforço físico e que segue um conjunto de regras específicas. O desporto é essencialmente

² VIANNA, Ricardo dos Santos. DO DIREITO DESPORTIVO E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICO-DESPORTIVAS. Mestrado em Direito Empresarial na Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2006. P. 34.

³ DELBIN, Gustavo; COSTA SILVA, Rodrigo Ferreira Da; GRAICHE, Ricardo. Elementos de Direito Desportivo Sistemico. Ed. Quartier Latin: São Paulo, 2008. P 11.

caracterizado por três elementos: a competição, a imprevisibilidade e a observância a determinadas regras. A infração a um destes elementos é que gera os problemas levados à Justiça Desportiva.

*Nesse aspecto, cabe à Justiça Desportiva regular as relações atinentes ao desporto, sua disciplina e suas competições, em conformidade com o direito desportivo, suas regras e regulamentos, para que a disputa esteja calcada somente na obediência aos princípios capazes de garantir a coerência e a ordem, imprescindíveis à prática desportiva*⁴.

O Direito Desportivo é reconhecido pela sua especificidade. É considerado como um ramo autônomo, por conter sua própria disciplina, legislação e doutrina. Além disso, funciona por conta própria, ou seja, tem seus tribunais, seus advogados, seus procedimentos, e, o que mais o torna peculiar: seu objeto, que é o desporto. No entanto, ele não é independente, no sentido de que é intimamente relacionado aos outros ramos do direito, dos quais, muitas vezes, toma de empréstimo normas para a solução de conflitos. As pessoas que com ele trabalham, portanto, devem ter conhecimento geral das diversas outras áreas do direito.

Define Marcílio Krieger o direito desportivo como sendo: “(...) a parte ou ramo do Direito Positivo que regula as relações desportivas, assim entendidas aquelas formadas pelas regras e normas internacionais e nacionais estabelecidas para cada modalidade, bem como as disposições relativas ao regulamento e à disciplina das competições”⁵.

Para Pedro Trengrouse, “O Direito Desportivo é o conjunto de normas e regras, oriundas da coletividade desportiva organizada, com a finalidade de regular o desporto e que instituem mecanismos coercitivos capazes de garantir a harmonia e uniformidade necessárias à prática desportiva”⁶.

Assim, pode-se concluir que o direito desportivo é, evidentemente, um ramo do direito, pois contém suas normas, seus códigos, suas leis, seus tribunais, seus profissionais, enfim, tudo o que qualquer ramo do direito exige para ter autonomia. Ele

⁴ DELBIN, Gustavo; COSTA SILVA, Rodrigo Ferreira Da; GRAICHE, Ricardo. Elementos de Direito Desportivo Sistêmico. Ed. Quartier Latin: São Paulo, 2008. P. 12.

⁵ KRIEGER, Marcílio. Revista Brasileira de Direito Desportivo. São Paulo: Editora OAB/SP. Vol. I, p. 40.

⁶ DELBIN, Gustavo; COSTA SILVA, Rodrigo Ferreira Da; GRAICHE, Ricardo. *Op. Cit.* P. 14

ultrapassa as regras de impedimento e dos cartões amarelos e vermelhos⁷. As modalidades desportivas, seja na prática corriqueira como dentro de competições, assim como seus conflitos e relações jurídicas, precisam ser organizados, regulados e disciplinados para que possam existir de forma harmoniosa – é essa justamente a tarefa do direito desportivo.

Historicamente, o desporto foi englobado, mesmo que timidamente, por Constituições anteriores à dos dias de hoje. Mas o verdadeiro tratamento jurídico ao desporto veio mesmo na nossa Lei Maior de 1988: além de algumas palavras soltas em certos artigos, temos como mais importante o art. 217, que determina ser papel do Estado o fomento às atividades desportivas, dando o devido tratamento às atividades profissionais e às não profissionais, e concedendo autonomia às entidades desportivas. No §1º e §2º, no entanto, tratam realmente do objeto deste texto: a Justiça Desportiva. O primeiro dispositivo diz que o Poder Judiciário só admitirá ações relativas a infrações disciplinares e de regulamentos de competições, quando as instâncias jurídico-desportivas estiverem esgotadas (situações envolvendo atletas em sua vida pessoal, por exemplo, não são de competência da Justiça Desportiva), enquanto o §2º estabelece o prazo máximo de sessenta dias para se proferir uma decisão final, uma vez que as competições têm calendários inadiáveis que não podem esperar por muito tempo as decisões dos Tribunais Desportivos. É nesse momento, portanto, que se torna clara a existência de uma Justiça destinada ao desporto, justamente pelo fato de que, mesmo os tribunais desportivos não fazendo parte do sistema judiciário estatal, a sua competência está garantida na Constituição Federal.

Após isso, foram editadas diversas leis infraconstitucionais para se regular o desporto todos os seus aspectos e modalidades. Pelo fato de no nosso país o futebol ser a modalidade desportiva mais popular, a lei que veio para regular o desporto se chama Lei Pelé (Lei 9.615/98, com diversas reformas deste então).

Ela estabelece o Sistema Nacional do Desporto em sua Seção IV, o qual confere a estrutura organizacional da administração do esporte no país. Ele é composto de organizações não-governamentais de direito privado, tais como o COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, além de todas as

⁷ PRADO, Daniel Peralta. NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: FIFA, CBF E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Monografia apresentada no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. 2012. P. 2.

Confederações, uma para cada modalidade (CBB para o basquetebol, CBF para o futebol, CBDA para os esportes aquáticos, etc.), e também as entidades de prática desportiva, ou seja, os clubes.

A Justiça Desportiva é tratada nesta lei nos art. 50º a 55º. O art. 50 estabelece que ficará a cargo do Código Brasileiro de Justiça Desportiva a sua organização, funcionamento e atribuições, estas que o próprio artigo define como “limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas”. O art. 52º traz um pouco da estrutura da Justiça Desportiva, composta pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, pelos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares, devendo estes julgarem sempre de acordo com as normas previstas no CBJD.

Além disso, há outras leis federais tais como o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03), a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06), a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12), a Lei da Loteria Esportiva (Lei da Timemania 11.345/06), a Lei da Bolsa Atleta (Lei 10.891/04), entre outras.

2.2. JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA

De acordo com Scheyla Althoff Decat, a Justiça Desportiva é

(...) uma instituição de direito privado dotada de interesse público, tendo como atribuição dirimir as questões de natureza desportiva definidas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, formada por um conjunto de instâncias autônomas e independentes das entidades de administração do desporto⁸.

A jurisdição desportiva, por sua vez, é “o poder de exercer a jurisdição nos limites estabelecidos na legislação desportiva”⁹. Na visão de Paulo Schmitt, a Justiça Desportiva é “o conjunto de instâncias desportivas atreladas à jurisdição e territorialidade das entidades de administração do desporto, com atribuições de dirimir os conflitos de natureza desportiva e de competência limitada ao processo e julgamento de infrações disciplinares definidas em códigos desportivos”¹⁰.

⁸ ALTHOFF DECAT, Scheyla. Direito Processual Desportivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. P. 40.

⁹ ALTHOFF DECAT, Scheyla. *Op Cit.* P. 64

¹⁰ SCHMITT, Paulo Marcos et al. Código Brasileiro de Justiça Desportiva Comentado. São Paulo: Quartier Latin, 2006. P. 18.

Conclui-se, resumidamente, que a Justiça Desportiva é um conjunto de órgãos julgadores de natureza administrativa (desligados do Poder Judiciário), uma vez que são atrelados diretamente à entidade de administração da modalidade referida (STJD do futebol é ligado à CBF, o STJD do basquete é ligado à CBB, etc.). O seu regime jurídico não é bem definido, uma vez que não é público e nem privado, mas sim *sui generis* – já que, apesar de ser parte de uma entidade privada, trabalha com questões de interesse público.

A discussão quanto à sua natureza jurídica não é de suma importância. O relevante é saber que cada modalidade possui seus tribunais, vinculados à entidade de administração da modalidade em nível nacional, os quais prestam serviços a esta.

Não se deve colocar a Justiça Desportiva em uma posição de protagonista em meio ao esporte. Sua função não ultrapassa a resolução de conflitos oriundos das relações entre os verdadeiros protagonistas: os clubes, atletas, demais entidades, etc. A ela, cumpre prezar pela observância das regras e regulamentos das competições, julgando e aplicando sanções àqueles que as descumprirem no âmbito eminentemente desportivo.

O exame do início do Código Brasileiro de Justiça Desportiva traz algumas informações sobre sua estrutura e funcionamento. De início, como já frisado, deve-se lembrar que ela não faz parte do Poder Judiciário, o que nos faz concluir que não há a atuação de juízes togados. Ela, na verdade, integra a estrutura do Ministério dos Esportes. O art. 1º do CBJD define quem está submetido ao Código: a) entidades de administração do desporto; b) ligas; c) entidades de prática desportiva; d) os atletas; e) árbitros e assistentes; f) dirigentes, administradores, treinadores, médicos e membros de comissão técnica; g) as demais entidades compreendidas pelo Sistema Nacional do Desporto.

O art. 2º, por sua vez, é prova da forte relação do direito desportivo com as outras áreas, neste caso com o Direito Processual Civil, uma vez que princípios processuais são emprestados deste e adaptados aos moldes do processo desportivo. Dentre eles estão o da ampla defesa, da celeridade, o contraditório, a economia processual, da impessoalidade, legalidade, entre outros. Há também os princípios próprios da Justiça Desportiva, como o da a) independência, significando que ela deve atuar de maneira alheia às entidades de administração do desporto, exigindo apenas

manutenção da estrutura de seu espaço físico; b) o da tipicidade desportiva, que determina que as condutas geradoras de sanções estejam discriminadas no CBJD; c) o princípio *pro-competitione*, que preza sempre pelo bom andamento da competição, ou seja, que as decisões da Justiça Desportiva a afetem o mínimo possível; d) e, por fim, o princípio do *fair play*, que prevê a presença do “jogo limpo, espírito esportivo e ética desportiva como parte inerente e indissociável do próprio jogo”, como bem diz Álvaro Melo Filho, em seu Código Comentado.¹¹

A estrutura da Justiça Desportiva, descrevendo cada órgão que a compõe, está englobada pelos arts. 3º ao 8º. Temos como tribunais o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, que é como se fosse o órgão máximo, atuando em âmbito nacional e estadual, e os Tribunais de Justiça Desportiva, que atuam em âmbito regional e municipal. Existe um STJD para cada modalidade de esporte, estando ele ligado à entidade máxima de cada uma desta modalidade, porém independente desta (O STJD do Futebol funciona junto à CBF, o STJD do Basquete funciona junto à CBB). O mesmo acontece com os TJDs, só que em um âmbito reduzido (O TJD do Futebol do Paraná funciona junto à Federação Paranaense de Futebol). Internamente, o STJD e os TJDs são compostos pelo Pleno, Comissões Disciplinares e suas respectivas Procuradorias.

Estas Comissões são a primeira instância da jurisdição desportiva. No STJD, elas são acionadas em casos em que tenha sido descumprido o regulamento do torneio da sua respectiva modalidade, em âmbito nacional ou estadual. Pode haver quantas Comissões forem necessárias, e cada uma é composta por cinco auditores, escolhidos pelo Pleno (o que será explicado posteriormente). Nos TJDs não é muito diferente, exceto que só podem apreciar casos envolvendo competições regionais ou municipais.

O Tribunal Pleno do STJD, maior órgão dentro do Superior Tribunal, é composto por nove auditores (não remunerados, lembrando que não existem juízes togados na Justiça Desportiva): a) dois indicados pela entidade nacional de administração da modalidade, a CBF no caso do futebol; b) dois indicados pelas entidades que praticam a principal competição nacional da determinada modalidade,

¹¹ MELO FILHO, Álvaro. Novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva. São Paulo: Executiva, 2010. P.15.

como os clubes, no exemplo do futebol; c) dois indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; c) um representante dos árbitros; d) e dois representantes de atletas. Em âmbito regional ou municipal, há o Pleno dos TJDs, no qual a distribuição dos auditores é idêntica, só que onde se diz “nacional”, deve-se alterar para “regional”. É interessante salientar que, atualmente, existem mais de cem Tribunais Superiores Desportivos no Brasil, cada um ligado à entidade de administração de sua modalidade.

A Procuradoria Desportiva é regulada tanto pelo CBJD, quanto pelo próprio regimento interno do seu respectivo órgão e pelo Estatuto da entidade máxima do respectivo desporto. Sua atribuição é fiscalizar e, se necessário, denunciar infrações aos dispositivos do Código. Fazendo uma analogia, seria como uma espécie de Ministério Público, obviamente guardando-se as devidas proporções. Cada Procuradoria funciona sob a batuta de um Procurador Geral, eleito por votação do Tribunal Pleno do órgão. Os procuradores, dentre suas funções, provocam o início do processo ao distribuírem as denúncias, interpõem recursos, além de emitirem pareceres nos processos aos quais estejam vinculados (funções elencadas no art. 21 do CBJD).

Em relação à quantidade de instâncias da Justiça Desportiva, o CBJD determina a existência de três, dispostas da seguinte maneira: a primeira são as Comissões Disciplinares, às quais cabe processar e julgar infrações disciplinares cometidas por sujeitos submetidos ao CBJD, salvo em casos de competência originária dos Tribunais (dispostos no art. 25º e 27º). A segunda instância (grau de recurso), por sua vez, é enfim de competência dos Tribunais (STJDs e TJDs), que julgam recursos interpostos em face das decisões das Comissões Disciplinares. A terceira instância é apenas do STJD, que recebe os recursos também de decisões finais dos TJDs, quando nestes houve o esgotamento da matéria. Adiante, se discutirá acerca da possibilidade ou não de se considerar a existência de uma quarta instância, em âmbito internacional.

A competência da Justiça Desportiva está exposta no art. 24º do CBJD. Quanto à competência territorial, tem-se que os seus órgãos têm limite na territorialidade da sede da entidade de administração da modalidade respectiva (TJD de futebol do Estado do Paraná tem a mesma abrangência territorial do que a FPF – Federação

Paranaense de Futebol). Quanto à matéria, a Justiça Desportiva tem sua competência limitada pela própria Constituição Federal, no art. 217, §1º - que a define como competente para o julgamento de “processos referentes às infrações disciplinares e competições desportivas, praticadas pelas entidades compreendidas pelo Sistema Nacional do Desporto e todas as pessoas físicas e jurídicas que lhes forem direta ou indiretamente filiadas ou vinculadas”¹².

Para fins de se realizar um panorama geral, considera-se apresentada a Justiça Desportiva para que se possa dar continuidade ao tema central do presente trabalho.

¹² DELBIN, Gustavo; COSTA SILVA, Rodrigo Ferreira Da; GRAICHE, Ricardo. *Op. Cit.* P. 26

3. DIREITO DESPORTIVO INTERNACIONAL

O Direito Desportivo em âmbito internacional é criado por diversas entidades não-governamentais que se auto regulam por meio de seus estatutos e que formam, conjuntamente, o Movimento Olímpico. Neste contexto, temos o Comitê Olímpico Internacional (COI), e os Comitês Olímpicos nacionais, no caso do Brasil, o COB. No âmbito de cada modalidade, há as Federações Internacionais (FIFA, no caso do futebol, FIBA, do basquete, FINA, da natação) e as Federações Nacionais (CBF, CBB, CBDA, etc.) que são vinculadas às FIs de sua modalidade¹³. O vínculo entre as Federações Internacionais e o COI ocorre da seguinte forma: este reconhece apenas uma Federação Internacional para fins olímpicos. Já entre o COI e os Comitês Nacionais, a relação é simples: cada país deve conter seu Comitê, e este será, obrigatoriamente, vinculado ao COI. Assim se dá, resumidamente, a estrutura piramidal do Direito Desportivo Internacional.

O Movimento Olímpico é regrado por um documento central, uma Constituição Civil, esta denominada de Carta Olímpica e que, enquanto documento, descreve regras sobre o funcionamento tanto do próprio Movimento Olímpico, quanto do COI, das Federações Internacionais, dos Comitês Olímpicos Nacionais, além de convencionar as questões envolvendo a organização e a administração dos Jogos Olímpicos, bem como aponta os princípios fundamentais do Olimpismo que irradiam nos Estatutos de Clubes, Associações, Federações e Confederações que se vinculam à prática desportiva¹⁴.

Pelo relevante papel que têm em meio ao tema, será dado um exclusivo tratamento às Federações Internacionais no tópico a seguir.

¹³ Cabe ressaltar que essa vinculação não é obrigatória, ou seja, é facultado à Federação Nacional se vincular à Federação Internacional da sua modalidade; porém, como é de costume, praticamente todas o são.

¹⁴ TOLEDO, William de Aguiar. A LEX SPORTIVA COMO UMA NOVA FONTE DO DIREITO. In: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO. Ano 12, vol. 23, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013. P. 355.

3.1. FEDERAÇÕES INTERNACIONAIS – A FIFA

As Federações Internacionais administram sua respectiva modalidade em nível mundial. Elas podem ser reconhecidas pelo COI, ou não. Como dito, o COI só reconhece uma para cada modalidade – todas as FIs que administram esportes olímpicos são reconhecidas pelo COI. As FIs estabelecem as regras dos esportes e promovem o seu desenvolvimento pelo mundo, organizando competições internacionais e cancelando a existência de federações nacionais relativas à modalidade. Para explicar melhor como funciona a normatização no âmbito da Federação Internacional, utilizaremos a FIFA como exemplo; ressaltando que ela em muito se assemelha com as demais Federações Internacionais.

A FIFA é a Federação Internacional que regula o futebol no mundo todo. Ela reconhece, em cada país, uma Federação Nacional competente para administrar o futebol em nível local – no caso do Brasil, a CBF. Como consequência disso, todos os demais partícipes do futebol do respectivo país são também considerados afiliados da FIFA – as Federações, as Ligas, os Clubes e os jogadores, estando todos sujeitos às regras e sanções da entidade máxima, assim como as da Federação Nacional (CBF).

Como hierarquicamente inferiores, as Federações Nacionais e todos os demais atores do futebol devem obedecer aos estatutos e regulamentos da FIFA, sob risco de sofrer punições, dentre elas a mais temida: a exclusão. Cabe frisar que é assim que as normas da Federação Internacional ganham força – sob o poder coercitivo de aplicar sanções que podem chegar à desfiliação.

Nas palavras de Daniel Prado,

Será reconhecida pela FIFA apenas uma entidade nacional de administração do desporto por país, sendo 'país' entendido como Estado independente reconhecido pela comunidade internacional. Acerca do número de Associações filiadas para se avaliar, no campo internacional, a amplitude do desporto, basta lembrar que a FIFA congrega atualmente 206¹⁵ países

¹⁵ Dado de 2012. Atualmente, com as recentes admissões de Kosovo e Gibraltar, a FIFA conta com 211 nações reconhecidas, contra as 193 da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://blogs.gazetaesportiva.com/jeannicolau/2016/05/17/gibraltar-e-kosovo-uma-emancipacao-pelo-futebol/>

filiados, o que vai muito além do que o conjunto de países membros da ONU¹⁶.

A FIFA legisla por meio de seus estatutos e regulamentos. Há o Estatuto da FIFA, que auto regula a entidade, determinando aspectos como eleição para Presidente, para o Congresso, o Conselho, etc., além de questões quanto à admissão e exclusão de seus membros. Além dele, há o Código de Ética, que estabelece o Comitê de Ética e as normas que devem ser seguidas para a correta administração do esporte pelo mundo, prevendo, desde já, todo o procedimento em caso de uma infração ética no âmbito da FIFA. Em terceiro lugar, há o Código Disciplinar da FIFA, que prevê as sanções para todo e qualquer membro afiliado à FIFA, a forma de julgamento e aplicação dessas penas, com a previsão do Comitê Disciplinar (instância julgadora interna à entidade). Por fim, e não menos importante, a FIFA regula as regras do jogo, por meio do documento “Laws of The Game”, no qual estão previstas literalmente as regras do futebol, de forma minuciosa.

Tendo em vista, portanto, a construção piramidal do esporte em âmbito mundial, conclui-se que a Federação Internacional é aquela que todos os seus hierarquicamente inferiores devem respeitar. Isso porque ninguém é obrigado a se vincular à Federação Internacional – todos os fazem por meio de contratos e de adesões a estatutos, de forma que, ao se submeter a esse sistema, devem segui-lo e observá-lo à risca. A FIFA, portanto, tem grande poder regulatório, uma vez que seus afiliados, sob influência do poder coercitivo da entidade máxima, estão sob a égide desta e não hesitam em observar todas as suas regras.

Outro detalhe que não pode escapar à nossa atenção é o fato de que a FIFA congrega países de culturas infinitamente diversas, e de percepções de mundo completamente diferentes, unidas por um vínculo que é igual para todos: o futebol. Assim, mesmo reunindo culturas jurídicas de países de todos os continentes, a normatização emanada pela FIFA deve ser uniforme, uma vez que o futebol é igual em todo e qualquer lugar do mundo. E é aí que entra o papel do órgão decisório desportivo mais importante do mundo: o Tribunal Arbitral do Esporte – que será abordado em um próximo item.

¹⁶ PRADO, Daniel Peralta. NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: FIFA, CBF E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Monografia apresentada no Curso de Direito da Faculdade de Direito da UFPR, 2012. P. 22.

3.2. AS “JUSTIÇAS DESPORTIVAS” PELO MUNDO

Com relação às formas de resolução de disputas internas em cada país, é necessário que a Federação Nacional tenha seus próprios meios para tanto. Como afirma Jan Paulsson, árbitro do TAS/CAS:

In order to ensure the greatest possible measure of uniformity and technical competence in the way international sports disputes are resolved, the federations may require that such disputes are referred to a special decision-making body.

(...)Most federations have established specific organs to deal with disputes. They are given names ranging from the modest (e.g. ‘disciplinary comission’) to the pompous (‘international tribunal’). Sometimes they provide for elaborate proceedings in accordance with highly detailed codes, designed to give an appearance of both probity and complexity – two factors which seem calculated to encourage judicial authorities not to interfere with their operations. (...) Similarly, they may ensure that the decision-makers are highly qualifies jurists who have salaried position within the relevant federation, and who thus are described as ‘entirely independent’¹⁷.

E, efetivamente, cada país opta por fazê-lo da forma que lhe for mais conveniente. No Brasil, por exemplo, optou-se por colocar a Justiça Desportiva em patamar constitucional e legal, prevendo desde a sua existência na Constituição Federal como a sua estruturação na Lei Pelé (Lei 9.615/98). Em outros países, por outro lado, os órgãos decisórios desportivos podem se encontrar nas mais variadas formas.

¹⁷ Para garantir a melhor uniformidade e competência técnica possíveis na forma que disputas desportivas internacionais são resolvidas, as federações podem requerer que estas disputas sejam levadas a um órgão decisório especial. A maioria das federações estabeleceu órgãos específicos para lidar com as disputas. A estes são dados nomes desde o modesto “comissão disciplinar” até o pomposo “tribunal internacional”. Às vezes eles oferecem procedimentos elaborados de acordo com códigos altamente detalhados, criados para dar uma aparência de probidade e complexidade – dois fatores que parecem ser calculados para encorajar as autoridades judiciais a não interferirem em suas operações. De forma similar, eles podem garantir que os julgadores sejam juristas de alto gabarito com posições assalariadas na federação, sendo considerados inteiramente independentes. Tradução Livre. PAULSSON, Jan. ARBITRATION OF INTERNACIONAL SPORT DISPUTES. In: The Court of Arbitration for Sport (1984-2004). Coord. BLACKSHAW, Ian S.; SIEKMANN, Robert C. R.; SOEK, Janwillem. P. 42 e 43.

Na Itália o sistema privilegia a celeridade do procedimento. No art. 29 do *Codice di Giustizia Sportiva*¹⁸, determina-se que o início do processo é automático, funcionando apenas com base nos documentos oficiais das partidas, não dando a possibilidade de oitiva do acusado – o julgador o faz se sentir a necessidade. A denúncia deve ser feita em até vinte e quatro horas depois da partida, e o pagamento da taxa e a exposição das razões devem ser entregues em até três dias. Das decisões, cabem recursos, que são julgados em uma semana – até lá, mesmo sem decisão final, o atleta fica suspenso.

Na Espanha, de acordo com o art. 41 do *Reglamento General de la Real Federación Española de Fútbol*¹⁹, o *Comite Jurisdiccional* é composto por três membros, formados em Direito e indicados pelo presidente da RFEF. Feita a reclamação pela parte interessada, e aceita a mesma pelo Secretário do Comitê, dá-se quatro dias para as alegações e produção de provas, podendo este período ser diminuído pela metade em casos de urgência. A decisão deve ser proferida num prazo máximo de dez dias, sendo possível, nesse meio tempo, o acordo entre as partes. Diferentemente do Brasil, não há uma Procuradoria que realize a denúncia – há uma lide entre as partes envolvidas.

Na França, o *Reglément Disciplinaire et Barème des sanctions* da *Fédération Française de Football*²⁰, art. 4, prevê que cada espécie de competição tem as suas próprias comissões, ou seja, as competições organizadas por FFF, pela *Ligue de Football Professionnel*, por demais ligas ou pelos distritos têm comissões distintas, todas com primeira e segunda instâncias de julgamento. Cada uma delas é composta por ao menos cinco membros, escolhidos em função de sua expertise jurídica. De forma semelhante à nossa Justiça Desportiva, o *instructeur* é quem faz a denúncia da suposta infração – há certa discricionariedade em sua função no sentido do que ele opta por colocar como objeto de uma *instruction* (equivalente à denúncia), exceto em casos obrigatórios, elencados no art. 8 do mesmo documento. É possível que, desde

¹⁸ Codice Di Giustizia Sportiva – Federazione Italiana Giuoco Calcio. Disponível em: [http://www.figc.it/Assets/contentresources_2/ContenutoGenerico/29.\\$split/C_2_ContenutoGenerico_3815_Sezioni_IstSezioni_0_IstCapitoli_2_upfFileUpload_it.pdf](http://www.figc.it/Assets/contentresources_2/ContenutoGenerico/29.$split/C_2_ContenutoGenerico_3815_Sezioni_IstSezioni_0_IstCapitoli_2_upfFileUpload_it.pdf). Acesso em 23/11/2016.

¹⁹ Reglamento General De La Real Federación Española De Fútbol. Disponível em: http://cdn1.sefutbol.com/sites/default/files/reglamento_general_2016-2017_web.pdf. Acesso em 24/11/2016.

²⁰ Règlement Disciplinaire et Barème des sanctions de la Fédération Française de Football. Disponível em: https://www.fff.fr/common/bib_res/ressources/450000/5000/160719140417_annexe_2_-_reglement_disciplinaire_et_bareme_des_sanctions,_saison_2016-2017.pdf. Acesso em 24/11/2016.

a apresentação da denúncia até o julgamento, sem contraditório, imponha-se uma medida imediata (como a suspensão de atleta).

O denunciado deve ser notificado em até 15 dias antes da próxima reunião da Comissão, para poder elaborar observações. Na audiência, é lido o relatório da denúncia, abrindo espaço para a defesa ou seu representante se manifestar, e posteriormente a decisão é dada. O prazo máximo para a duração deste processo é de três meses desde o seu início. Há a possibilidade de recurso, o qual, em regra, tem efeito suspensivo – salvo por decisão motivada do respectivo órgão; o prazo máximo é o mesmo de três meses, totalizando seis meses, sempre sendo possível o caminho da conciliação.

A Argentina é o que mais se assemelha ao Brasil. Sua estrutura é complexa: conforme o art. 13.2 do Estatuto da AFA²¹ (Associação de Futebol Argentina), há comissão disciplinar em primeira instância com doze membros e um presidente – o *Tribunal de Disciplina Deportiva* – um de apelação, com dois membros e um presidente – o *Tribunal de Apelaciones* – além do *Tribunal del Interior*, competente para julgar casos de ligas regionais, composto por cinco membros e um presidente.

O sistema de oferecimento de denúncia é similar ao brasileiro. Ela deve ser feita ao Tribunal de Disciplina Desportiva da AFA, em até três dias do ocorrido, conforme o art. 1 do *Reglamento de Transgresiones e Penas*²². Difere no que diz respeito a quem pode oferecê-la: também se permite que clubes ou indivíduos diretamente lesados o façam, impondo-se, no entanto, uma multa a estes, caso a denúncia seja “temerária” ou “maliciosa”.

Considerou-se pertinente demonstrar, mesmo que de forma sucinta, como se estruturam os sistemas de resolução de conflitos desportivos em outros países, para fins de comparação com o nosso. Além disso, a relevância desse tópico se relaciona também ao fato de que as decisões finais de todas essas estruturas são passíveis de “recurso”, dessa vez ao Tribunal Arbitral do Esporte, o qual será tratado a seguir.

²¹ ESTATUTO DE LA ASOCIACION DEL FUTBOL ARGENTINO. Disponível em: <http://www.afa.org.ar/upload/reglamento/Estatuto%20-%20Desde%2013.07.2016.pdf>. Acesso em 28/11/2016.

²² Reglamento de Transgresiones e Penas de la Asociacion del Futbol Argentino. Disponível em: http://www.afa.org.ar/upload/reglamento/Reglamento_Transgresiones_y_Penas_AFA.pdf. Acesso em 28/11/2016.

3.1. TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE

O TAS/CAS (*Tribunal Arbitral du Sport* ou *Court of Arbitration for Sport*) é um tribunal constituído para resolver conflitos de natureza desportiva em âmbito global. É uma instituição independente, ou seja, sem vínculo com qualquer Federação ou Comitê Desportivo Internacional – é, no entanto, reconhecida pela maioria deles como sua “Suprema Corte²³”, como instância final para julgamento de casos relacionados ao esporte. Além de exercer a arbitragem, tanto pelo procedimento ordinário como pelo procedimento de apelação, o TAS/CAS soluciona disputas por mediação e profere pareceres em questões legais esportivas.

Ele foi criado em função do significativo aumento dos conflitos desportivos a partir da década de 80, uma vez que o esporte foi um dos fenômenos sociais que mais cresceu nos últimos tempos, junto com sua importância social, financeira e inclusive política, além de penetrar nas mais diversas camadas da sociedade. Houve, então, a premente necessidade da criação de um órgão decisório independente, especializado em direito desportivo, para viabilizar a resolução de todos os conflitos que surgiam.

Foi assim que, no ano de 1982, o COI (Comitê Olímpico Internacional), por meio de seu então presidente Juan Antonio Samaranch, se reuniu e criou uma comissão para conceber o Tribunal, liderada pelo juiz senegalês Keba Mbaye, da Corte Internacional de Justiça de Haia. No ano de 1983, o COI ratificou os estatutos do TAS/CAS (Regulamento do Tribunal Arbitral do Esporte), que entraram em vigor no dia 30 de junho de 1984, tornando-o, a partir de então, operacional²⁴.

No início, o COI era o grande administrador do TAS/CAS. Todas as custas eram geridas por ele, além de ter o poder de aditar o Regulamento. Na época, os 60 árbitros eram escolhidos da seguinte forma: 15 pelo COI, 15 pelas Federações Internacionais, 15 pelos Comitês Olímpicos Nacionais, e os últimos 15 indicados pelo Presidente do COI²⁵.

²³ SESMA, Edson. CORTE ARBITRAL DO ESPORTE – ASEPCTO PRÁTICO E PROCEDIMENTOS. In: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO. Vol. 8, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. P. 81.

²⁴ SESMA, Edson. Op. Cit. P. 82

²⁵ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. A ARBITRAGEM NO DIREITO DESPORTIVO: A Câmara de Resolução de Disputas da FIFA e o Tribunal Arbitral do Esporte. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 503.

De 1984 a 1991, poucos casos foram submetidos à arbitragem do TAS/CAS. Isso mudou, no entanto, quando em 1991, o Tribunal editou o Guia de Arbitragem, colocando nele modelos de cláusulas arbitrais que poderiam ser postas nos Estatutos das Federações e Clubes, como esta, por exemplo:

Qualquer disputa que surgir do presente Estatuto e Regulamento da Federação (...) que não puder ser resolvida amigavelmente será submetida a um tribunal composto de acordo com os estatutos e regulamentos da Corte Arbitral do Esporte, excluindo qualquer recurso para os tribunais ordinários. As partes comprometem-se a respeitar o presente estatuto e regulamento e aceitar a boa-fé a sentença deferida e de modo algum atrapalhar sua execução²⁶.

Surtiu efeito. No mesmo ano, a FEI (Federação Equestre Internacional) inseriu a cláusula em seu estatuto, concedendo aos seus atletas federados direito de recurso ao TAS/CAS em casos disciplinares²⁷. Outras federações seguiram o mesmo caminho, aumentando consideravelmente a carga de trabalho da Corte Arbitral do Esporte.

No ano seguinte, foi dado início a uma grande transformação no TAS/CAS. O caso Elmar Gundel (jôquei que se utilizou da cláusula da FEI e apresentou um protesto ao TAS/CAS) acabou desembocando em uma ação perante o Tribunal Federal Suíço, na qual ele contestava, além da decisão da CAS, a sua imparcialidade. Foi alegado pelo jôquei que o TAS/CAS não preenchia os requisitos de imparcialidade e autonomia que um tribunal arbitral deve ter.

Como resposta, a Corte Suíça desconsiderou o argumento de que o TAS/CAS não seria independente em relação à FEI. Contudo, aproveitou para criticar a relação que o TAS/CAS mantinha com o COI, apontando para a necessidade de haver um maior distanciamento entre esses dois órgãos, porque, como já dito, o COI era quem financiava o tribunal e tinha amplos poderes para reformar seus regulamentos. Isso deu causa a uma série de mudanças (para melhor) no Tribunal Arbitral do Esporte.

A decisão do tribunal suíço no caso Gundel impulsionou o TAS a uma série de reformas estruturais e procedimentais, e marcou a consolidação do TAS como uma instituição arbitral independente e imparcial. De fato, após as

²⁶ Disponível em: <http://www.tas-cas.org/en/arbitration/standard-clauses.html>. Acesso em 20/11/2016.

²⁷ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. *Op. Cit.* P. 503.

reformas ocasionadas pelo caso Gundel, a independência e imparcialidade do TAS passaram a ser plenamente reconhecidas pelos tribunais suíços, como se pode depreender da decisão do caso Lazutina, decidido anos depois, in verbis:

“Force est d’admettre, au terme de cet examen, que le TAS est suffisamment indépendant du CIO, comme de toutes les autres parties qui font appel à ses services, pour que les décisions qu’il rend dans les causes intéressant cet organisme puissent être considérées comme de véritables sentences, assimilables aux jugements d’un tribunal étatique”²⁸²⁹.

Dentre as mudanças realizadas, destacam-se as três principais. Primeiramente, a integral independência do COI, com a criação do ICAS (International Council of Arbitration for Sport), que praticamente tomou o lugar daquele. O ICAS passou a cuidar dos procedimentos e das finanças do TAS/CAS, sendo responsável também pela aprovação da lista dos árbitros e pelo julgamento das impugnações aos árbitros³⁰. Em segundo lugar, foi a diversificação da fonte de renda do TAS/CAS, que antes era exclusivamente o COI.

Em terceiro lugar, uma mudança procedimental relevantíssima. A reformulação foi no sentido de dividi-lo em mais instâncias: a Divisão Ordinária e a Divisão Recursal (além, claro, das *ad hoc* e consultivas). A primeira se destina à resolução de casos instaurados originariamente no TAS/CAS, utilizando-o como primeira e única instância; enquanto que a segunda se destina a receber as apelações advindas de decisões de Federações Nacionais.

Toda essa reforma foi condensada em um código: o CODE (Código de Arbitragem relacionado ao Esporte), que entrou em vigor em 22 de Novembro de 1994³¹.

A competência do TAS/CAS tornou-se bem abrangente. Ela se estendeu a toda e qualquer disputa que de alguma forma envolva o esporte, englobando, assim,

²⁸ Larissa Lazutina & Olga Danilova v. CIO, FIS & CAS, Tribunal Federal Suíço, 27 de Maio de 2003, publicado em ATF 129 III 445, XXIX Y.B. Com. Arb., 206, 219 (2004). Tradução livre: “É forçoso admitir, no final dos exames, que o TAS é suficientemente independente do COI, como de todas as outras partes que apelam aos seus serviços, para que as decisões que ele profere nos casos interessantes à estes organismos possam ser consideradas como verdadeiras sentenças, similares aos julgamentos de um tribunal estatal”.

²⁹ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. *Op. Cit.* P. 504.

³⁰ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. *Op. Cit.* P. 505.

³¹ SESMA, Edson. *Op. Cit.* P. 85

questões de natureza comercial, tais como patrocínios, e de natureza disciplinar seguida de uma decisão da organização desportiva, como por exemplo o *doping*³².

Dentre os casos de competência da Divisão Originária – ou seja, casos em que se instaura a arbitragem no TAS/CAS como primeira e única forma de resolução, assim como em um tribunal arbitral qualquer – eles se resumem basicamente à execução de contratos: relacionados a transferências, contratos de trabalho entre atletas/treinadores e clubes, relações entre atletas e seus agentes, patrocínios, direitos televisivos, eventos esportivos, etc. Nestes casos, basta haver um compromisso arbitral entre as duas partes para que se instaure a arbitragem.

Com relação aos casos da Divisão de Apelação (que é o maior foco do trabalho), há uma maior limitação de matéria: casos disciplinares que são levados ao TAS/CAS como forma de “recurso” em face da decisão proferida nos órgãos internos (Tribunais, Comitês Disciplinares, etc.) das Federações Esportivas, Associações, ou outras entidades desportivas. Na maioria das vezes, são casos de *doping*. Nestes casos, já houve um julgamento em primeira instância pelas autoridades competentes, o qual se torna objeto de apelação ao TAS/CAS, quando houver cláusula arbitral no Estatuto/Regulamento da respectiva Federação ou Associação³³.

Define essa distinção Edson Sesma:

Para submeter uma disputa à CAS, as partes devem concordar com este fato por escrito. Esse acordo pode ser alcançado antecipadamente e estar previsto no contrato ou nos estatutos da organização esportiva, assim como as partes poderão estabelecer que a disputa seja submetida à CAS, após a mesma ter iniciado.

Para as disputas provenientes de relações legais, as partes devem concordar em submeter a disputa à CAS. O acordo poderá ser resultado de uma cláusula contratual (cláusula arbitral) ou um acordo firmado após a disputa iniciada (acordo de arbitragem). Dessa forma, as partes em um contrato podem inserir uma cláusula de arbitragem no corpo do instrumento, ou, caso a cláusula não tenha sido inserida, poderão ainda, havendo uma disputa, mediante acordo das partes, optar em submeter à CAS.

³² SESMA, Edson. *Op. Cit.* P. 86.

Para disputas relacionadas a decisões provenientes de entidades esportivas, o acordo poderá ser resultado de a entidade esportiva (Federação) ter inserido uma cláusula arbitral nos seus estatutos ou regulamentos e ter a adesão do atleta/clube a esta cláusula³⁴.

Rui Botica e Bruno Comicholi resumem:

O CAS mantém sua jurisdição basicamente em duas situações, quando:

- a) Exista uma disputa entre duas ou mais partes que mantém ou mantiveram uma relação legal e acordaram submeter quaisquer disputas entre eles à jurisdição do CAS;*
- b) Uma decisão que tenha sido tomada por um tribunal de uma federação ou associação desportiva, em que seus estatutos e regulamentos concedam jurisdição ao CAS para tratar de qualquer apelação oriunda dessa decisão, ou um acordo específico nesse sentido.*

As regras aplicáveis nos procedimentos ordinários de arbitragem no CAS devem-se aplicar para o caso “a”, enquanto as regras aplicáveis aos procedimentos de apelação devem aplicar-se ao caso “b”³⁵.

Além dessas duas divisões, há também a consultiva (para proferir pareceres) e a *ad hoc* (destinada à criação de tribunais ‘móveis’ nos locais dos mega eventos desportivos, tais como Copa do Mundo e Olimpíadas, que devem julgar as causas a ele levadas em até 24 horas).

Com relação à legitimidade das partes, tem-se que qualquer indivíduo, entidade membro de uma associação ou federação que seja parte de um acordo válido de arbitragem pode submeter um caso ao TAS/CAS³⁶.

Edson Sesma elencou algumas vantagens do procedimento de arbitragem do TAS/CAS³⁷. Em primeiro lugar, ele é aplicável a disputas internacionais, e isso é benéfico aos litigantes, pois, quando há conflitos entre duas partes que não estão domiciliadas no mesmo país, há certos obstáculos a serem enfrentados como a escolha do tribunal, qual a lei aplicável, o idioma, o procedimento, etc. A arbitragem da TAS/CAS contorna tudo isso (como qualquer outra arbitragem, na verdade), uma

³⁴ SESMA, Edson. *Op. Cit.* P. 86

³⁵ SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. A ARBITRAGEM NA CORTE ARBITRAL DO ESPORTE (TAS/CAS). In: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO. Vol. 17, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010. P. 199

³⁶ SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. *Op. Cit.* P. 199.

³⁷ SESMA, Edson. *Op. Cit.* P. 93.

vez que sua jurisdição é única, e, por ser um tribunal arbitral, as partes escolhem a lei aplicada, além de haver um código específico (o CODE) que prevê o procedimento. Ademais, a eficácia das decisões do TAS/CAS é maior que a proferida em tribunais ordinários, muito em função da Convenção de Nova Iorque (1958) – da qual o Brasil é parte – que garante o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais nos países signatários.

Além disso, o TAS/CAS conta com árbitros escolhidos individualmente em função do seu nível de expertise e conhecimento para a solução de problemas jurídicos relacionados ao esporte. Como já dito, o direito desportivo comporta um alto nível de especificidade, necessitando de julgadores especialistas na matéria.

O procedimento no TAS/CAS é simples e flexível. Ele foi elaborado de forma a torna-lo acessível às partes e evitar formalismos supérfluos, privilegiando a necessidade de solução do litígio acima de qualquer outra coisa. Após a primeira petição (seja no procedimento ordinário ou na apelação), a defesa apresenta sua posição por escrito – se necessário, pode ser requerida uma segunda troca de propostas. Em seguida, há a convocação para a audiência, na qual são ouvidas as partes, apresentam-se provas e alegações finais, com a decisão sendo proferida no mesmo momento.

Nota-se também a rapidez na solução de conflitos que o TAS/CAS oferece. Como já frisado, o meio jurídico-desportivo exige celeridade, uma vez que as disputas envolvem partes que estão participando de competições em andamento – ou participarão em breve – e não podem suportar demoras na solução de seus conflitos. O TAS/CAS leva de 6 a 12 meses para proferir uma decisão em casos de procedimento ordinário, enquanto que na apelação o prazo máximo é de 3 meses³⁸ – exceto na divisão *ad hoc*, em que as decisões saem em 24 horas. À primeira vista, pode não parecer tão célere como desejado, mas em comparação às cortes ordinárias já se tem um ganho enorme de tempo.

Além disso, o TAS/CAS é instância única. Ou seja, não comporta recurso e sua sentença é de aplicabilidade imediata³⁹, exceto nos casos em que qualquer sentença

³⁸ TAS/CAS Frequently asked questions. Disponível em <http://www.tas-cas.org/en/general-information/frequently-asked-questions.html>. Acesso em 20/10/2016.

³⁹ Art. R46 do CODE: “... *The award notified by the CAS Court Office shall be final and binding upon the parties. It may not be challenged by way of an action for setting aside to the extend that the parties have*

arbitral seria impugnável (violação da cláusula compromissória ou do devido processo legal). Conforme Francisco Müssnich:

A arbitragem tem sido considerada uma alternativa eficaz de solução de controvérsias que constitui elemento integrante da equação econômico-financeira do contrato, pois, entre outros, não possui sistema horizontal e vertical de recursos como o processo judicial. Confirma essa conclusão a própria Convenção de Nova Iorque, em seu art. 5º, que prevê:

(...)⁴⁰

Depreende-se da simples leitura do artigo acima transcrito que não há recursos no procedimento arbitral internacional. A sentença arbitral somente poderá ser impugnada se for proferida em violação da cláusula compromissória ou do devido processo legal⁴¹.

Por fim, ainda se destaca o fato de a arbitragem do TAS/CAS ser confidencial e ter um custo relativamente baixo para um tribunal arbitral. De acordo com o sítio eletrônico do Tribunal, os valores são contados da seguinte forma:

no domicile, habitual residence, or business establishment in Switzerland and that they have expressly excluded all setting aside proceedings in the arbitraion agreement or in na agreement entered into subsequently, in particular at the outset of the arbitration". Disponível em: http://www.tas-cas.org/fileadmin/user_upload/Code_2016_final_en_.pdf. Acesso em 20/11/2016.

⁴⁰ Artigo V. 1. O reconhecimento e a execução de uma sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer, à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que: a) as partes do acordo a que se refere o Artigo II estavam, em conformidade com a lei a elas aplicável, de algum modo incapacitadas, ou que tal acordo não é válido nos termos da lei à qual as partes o submeteram, ou, na ausência de indicação sobre a matéria, nos termos da lei do país onde a sentença foi proferida; ou b) a parte contra a qual a sentença é invocada não recebeu notificação apropriada acerca da designação do árbitro ou do processo de arbitragem, ou lhe foi impossível, por outras razões, apresentar seus argumentos; ou c) a sentença se refere a uma divergência que não está prevista ou que não se enquadra nos termos da cláusula de submissão à arbitragem, ou contém decisões acerca de matérias que transcendem o alcance da cláusula de submissão, contanto que, se as decisões sobre as matérias suscetíveis de arbitragem puderem ser separadas daquelas não suscetíveis, a parte da sentença que contém decisões sobre matérias suscetíveis de arbitragem possa ser reconhecida e executada; ou d) a composição da autoridade arbitral ou o procedimento arbitral não se deu em conformidade com o acordado pelas partes, ou, na ausência de tal acordo, não se deu em conformidade com a lei do país em que a arbitragem ocorreu; ou e) a sentença ainda não se tornou obrigatória para as partes ou foi anulada ou suspensa por autoridade competente do país em que, ou conforme a lei do qual, a sentença tenha sido proferida. 2. O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que: a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de solução mediante arbitragem; ou b) o reconhecimento ou a execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4311.htm. Acesso em 20/11/2016.

⁴¹ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. *Op. Cit.* P. 505 e 506.

The ordinary procedure involves paying the relatively modest costs and fees of the arbitrators, calculated on the basis of a fixed scale of charges, plus a share of the costs of the CAS.

The disciplinary cases of an international nature ruled in appeal are free, except for an initial Court Office fee of CHF 1000⁴².

Os honorários pagos aos árbitros vão até 400 francos suíços/hora, sendo que o valor base atualmente aplicado é de 250 francos suíços/hora⁴³.

É interessante notar que praticamente todas as vantagens elencadas até aqui são praticamente as mesmas que a doutrina aponta para a criação da Justiça Desportiva no Brasil. A celeridade, especialidade e a informalidade são marcas de ambas as instituições, o que não é, de forma alguma, surpresa, afinal ambas lidam com causas desportivas, as quais, pela sua especificidade, necessitam destes elementos.

É importante frisar, ainda, o papel do TAS/CAS na uniformização da *Lex Sportiva*. Com efeito, como se verá à frente, a proibição das Federações Internacionais ao acesso à Justiça tem como motivação justamente essa necessidade de uniformização da aplicação das normas desportivas. E o TAS/CAS é importantíssimo na realização dessa tarefa – e a tem cumprido. Lorenzo Casini destaca:

Primeiramente, o TAS/CAS vem aplicando princípios gerais do Direito nas instituições desportivas, e isso tem criado uma específica ‘principia desportiva’. Em segundo lugar, o TAS/CAS tem um importante papel na interpretação das leis desportivas, tanto influenciando como condicionando a criação de normas pelas instituições desportivas. Em terceiro lugar, o TAS/CAS em muito contribui para a harmonização das leis globais internacionais, também porque representa uma suprema corte, o ápice de um complexo conjunto de mecanismos de revisão pelo mundo⁴⁴.

⁴² “O procedimento ordinário envolve o pagamento dos relativamente modestos custos e taxas dos árbitros, calculados com base em uma escala fixa de gastos, mais a parte de custos do TAS/CAS. Os casos disciplinares de natureza internacional em apelação são grátis, exceto pela taxa inicial de CHF 1000”. Tradução livre. TAS/CAS Frequently asked questions. Disponível em <http://www.tas-cas.org/en/general-information/frequently-asked-questions.html>. Acesso em 20/10/2016.

⁴³ SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. *Op. Cit.* P. 200.

⁴⁴ CASINI, Lorenzo. THE MAKING OF A LEX SPORTIVA. THE COURT OF ARBITRATION FOR SPORT “DER ERNAHRER”. P. 10-11. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1621335. Acesso em 20/10/2016. P. 46.

O TAS/CAS foi muito aprimorado ao longo do tempo. O número de árbitros aumentou de 60, em 1986, para 351 atualmente⁴⁵. O número de casos também cresceu consideravelmente: de 4 em 1986 para 408 em 2013. Além disso, foram abertos novos *Offices* na América do Norte e Oceania. Hoje em dia, praticamente todas as Federações olímpicas internacionais e várias não-olímpicas reconhecem a jurisdição do TAS/CAS⁴⁶.

A importância, a excelência e o bom funcionamento do TAS/CAS já têm sido reconhecidas mundo afora. A Suprema Corte Suíça já proferiu decisão (no caso Lazutina, já abordado anteriormente), na qual o definiu como “um dos principais pilares do esporte organizado”, ressaltando que “não há melhor alternativa que este instituto, passível de solucionar litígios ligados ao esporte de maneira diligente e acessível”.

Leonardo Andreotti comenta o lugar de destaque que o TAS/CAS ocupa no âmbito jurídico-desportivo internacional, lembrando as vantagens que seu procedimento oferece:

De tudo quanto anteriormente exposto e após uma detalhada análise jurídica e política do Tribunal Arbitral do Esporte, um dos mais atuantes tribunais arbitrais no mundo, resta claro o grande poder e o inabalável prestígio desta entidade criada pelo Comitê Olímpico Internacional e que, em virtude de sua evolução, abarca uma grande quantidade de processos relacionados ao esporte, sempre atendendo à sua especificidade e interesse, organizando o mundo esportivo internacional.

Ora, com toda vênua às funções exercidas pelos órgãos do Poder Judiciário, existem diversas matérias a que não estão habituados os seus membros, que não têm a técnica e especialização necessárias para a análise e julgamento de suas questões, estas que devem ser analisadas por entes e profissionais preparados para tal, ou seja, que entendem, compreendem e até mesmo vivem a realidade da causa em apreço.

Além da celeridade buscada pela arbitragem, bem como a especialização do árbitro ou do tribunal arbitral, é importante salientar que as partes, através desse método alternativo de solução de conflitos, exercem o direito de ter sua

⁴⁵ TAS/CAS Frequently asked questions. Disponível em <http://www.tas-cas.org/en/general-information/frequently-asked-questions.html>. Acesso em 20/10/2016.

⁴⁶ SESMA, Edson. *Op. Cit.* P. 95

*demanda julgada por árbitros de sua escolha, que utilizam procedimento e normativa de sua eleição e que entregam a prestação jurisdicional no prazo convencionado por elas mesmas, em clara proteção ao princípio de autonomia de sua vontade, ou para os que preferem de outro modo, da autonomia privada das partes*⁴⁷.

Especificamente em relação ao procedimento de apelação do TAS/CAS, que é o que mais nos importa neste trabalho, cabe fazer alguns apontamentos. Ele é o mais comum no tribunal, e, como já frisado, funciona da seguinte forma: as partes que tiveram seu conflito julgado internamente à sua Federação ou Associação, tendo-se esgotado os meios internos, somado à necessidade da previsão estatutária que estipule o TAS/CAS como competente para julgar apelações daquele órgão, podem instaurar um procedimento perante o TAS/CAS. Permite-se, também, que as partes acordem em fazê-lo, mesmo com a ausência de cláusula nos estatutos, por meio de acordo específico.

O procedimento de apelação está previsto no art. R47 do CODE:

*Uma apelação contra uma decisão de uma Federação, Associação, ou outro órgão desportivo pode ser interposta no TAS/CAS desde que os estatutos ou regulamentos do respectivo órgão esportivo prevejam essa possibilidade ou se as partes houverem firmado uma convenção de arbitragem particular e desde que a parte apelante tenha esgotado as vias de direito disponíveis antes do apelo, de acordo com os estatutos e regulamentos do respectivo órgão esportivo (...)*⁴⁸.

A Declaração de Apelação (a peça que dá “entrada” à arbitragem) deve ser apresentada em até 21 dias da decisão contestada, e nela constar uma cópia da decisão, um comprovante do pagamento das taxas e a designação do árbitro que a parte requerente escolher. Dez dias após essa apresentação, a mesma deve apresentar a Memória de Apelação, a qual conterá fatos e argumentos legais que dão causa e direito à sua pretensão, bem como os documentos que julgar pertinente e a nomeação de testemunhas e peritos⁴⁹.

⁴⁷ ANDREOTTI, Leonardo. O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE: Análise jurídica e política. In: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO. Ano 11, vol. 21, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012. P. 139 e 140.

⁴⁸ CODE. Disponível em: <http://www.tas-cas.org/arbitrage/code-reglement-de-procedure.html>. Acesso em 20/10/2016.

⁴⁹ SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. *Op. Cit.* P. 201.

A contestação deve ser apresentada em até 20 dias da recepção da Memória de Apelação, juntamente aos documentos, testemunhas e peritos. Proíbe-se a reconvenção.

Em procedimentos de apelação, a sentença pode rever todos os fatos e leis aplicáveis (art. R57 do CODE). Assim, há também a possibilidade de as partes trazerem novos fatos e provas, e invocar leis ainda não invocadas nas instâncias anteriores. É possível a anulação da decisão apelada e a devolução do processo ao órgão decisório que a emitiu para novo julgamento⁵⁰.

Há a possibilidade de pedir esclarecimento ou correção da sentença (uma espécie de embargos de declaração) caso ela contenha contradições, obscuridades, ou esteja incompleta, ambígua, e/ou contenha erros graves ou de cálculo. Com a novidade inserida na reforma de 2010 do CODE, as decisões para procedimento de apelação devem ser emitidas em três meses, mas esse prazo pode ser ampliado por requerimento do Presidente do Painel.

O procedimento ordinário se assemelha em muitos aspectos ao da apelação. Isso porque, na verdade, o procedimento de apelação nada mais é do que uma instauração de arbitragem como qualquer outra, apenas com a peculiaridade de o seu objeto não ser um conflito “novo”, mas sim um conflito já julgado, cuja decisão é impugnada.

⁵⁰ SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. *Op. Cit.* P. 202.

4. A RELAÇÃO ENTRE O TAS/CAS E A JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA: O ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIAS DESPORTIVAS

Uma vez apresentados os corpos destinados à resolução de conflitos no mundo desportivo (a Justiça Desportiva no Brasil, o TAS/CAS para os conflitos internacionais e os respectivos órgãos de diversos países), a relação que há entre os dois primeiros é o que será abordado a seguir, no tocante, especialmente, à necessidade do esgotamento das instâncias desportivas para posterior acesso ao Judiciário.

4.1. CONTRADIÇÕES ENTRE OS ESTATUTOS DA FIFA, CBF E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Como se sabe, a Constituição Federal estabelece, no art. 217, §1º, que o acesso ao Poder Judiciário quanto se tratar de causas desportivas (infração a regulamentos e disciplina desportiva) só poderá ser realizado após o esgotamento das instâncias da Justiça Desportiva. A questão que se põe é: qual é a última instância, o STJD ou o TAS/CAS? Limitar-se-á a discussão ao âmbito do futebol, por utilizarmos como exemplo as normas de sua Federação Internacional, a FIFA.

A FIFA contempla suas normas, como já frisado, em seus regulamentos e estatutos. O Estatuto da FIFA, art. 57 e 58, reconhece o TAS/CAS como corte de apelação de decisões emanadas por Confederações, Membros e Ligas filiadas à FIFA (o STJD aqui é equiparado à CBF, conforme já decidiu o TAS/CAS⁵¹, uma vez que é órgão interno a ela), e o art. 59 exige que seus afiliados reconheçam o TAS/CAS como corte de resolução de suas disputas em âmbito máximo⁵²:

⁵¹ (CAS 2007/A/1370/1376 - FIFA & WADA v. STJD & CBF & Mr. Ricardo Lucas Dodô, award of 11 September 2008) No conhecido "Caso Dodô", o Painel de árbitros, reforçando a afirmação de que o STJD não é um órgão independente, e sim, vinculado à CBF, realizou, na decisão, o chamado "stand-alone test". Esse teste é decisivo para relevar se um dado órgão decisório desportivo pertence ou não à estrutura de uma dada entidade de administração desportiva. No caso, obteve-se à conclusão de que, se a CBF não existisse, o STJD também não existiria e não realizaria nenhuma função. Ou seja, "the STJD would not legally *stand alone* if the CBF did not exist". Assim, o STJD e a CBF são considerados a mesma coisa para as normas da FIFA.

⁵² Nas outras Federações Internacionais a determinação é muito similar. Nos estatutos da FIBA (Federação Internacional de Basquetebol), está previsto no art. 40 a obrigação de se recorrer ao TAS/CAS quando esgotarem-se os meios internos à FIBA de resolução de disputas. Nos estatutos da FINA (Federação Internacional de Natação), essa determinação está no art. C 12.11.4 e no C 26.

57. FIFA recognises the independent Court of Arbitration for Sport (CAS) with headquarters in Lausanne (Switzerland) to resolve disputes between FIFA, Members, Confederations, Leagues, Clubs, Players, Officials and licensed match agents and players' agents.

58. Appeals against final decisions passed by FIFA's legal bodies and against decisions passed by Confederations, Members or Leagues shall be lodged with CAS within 21 days of notification of the decision in question

59. The confederations, member associations and leagues shall agree to recognise CAS as an independent judicial authority and to ensure that their members, affiliated players and officials comply with the decisions passed by CAS. The same obligation shall apply to intermediaries and licensed match agents⁵³.

No âmbito da legislação federal, a Constituição delega à lei a composição da Justiça Desportiva. A Lei Pelé, por sua vez, define quais são suas instâncias, tendo como última instância, inegavelmente, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, não fazendo menção em nenhum momento ao TAS/CAS. No entanto, a Lei Pelé, em seu art. 1º, §1º, define que:

*A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e **internacionais** e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto⁵⁴.*

Aqui, já notamos a primeira divergência, uma vez que, ao mesmo tempo que a Lei Pelé admite a aplicação de normas da FIFA no futebol brasileiro, ela não prevê o TAS/CAS como instância desportiva ao determinar quais elas são.

Assim sendo, estabelece-se a dúvida: deve-se levar em consideração a lei brasileira ou os regulamentos da FIFA? Rapidamente, responderíamos que claramente a lei tem força superior aos regulamentos. Mas, com a análise que se seguirá, percebe-se que não há tanta certeza a respeito.

⁵³ “57. A FIFA reconhece o TAS/CAS como corte independente para resolver disputas entre FIFA, membros, Confederações, Ligas, Clubes, Atletas, Oficiais e agentes licenciados. 58. Apelos contra decisões finais de corpos legais da FIFA e contra decisões das Confederações, Membros ou Ligas deverão ser protocolados no TAS/CAS em até 21 dias da notificação da decisão em questão. 59. As Confederações, associações-membros e Ligas deverão concordar em reconhecer o TAS/CAS como uma autoridade judicial independente e garantir que seus membros, atletas e oficiais afiliados cumpram as decisões emanadas pelo mesmo. A mesma obrigação deve ser aplicada aos intermediários e agentes licenciados. Tradução livre. ESTATUTO DA FIFA. Disponível em: http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/78/29/07/fifastatutsweben_neutral.pdf.

⁵⁴ BRASIL. Lei 9.615 de 1998 (Lei Pelé). Art. 1, §1º.

Como já frisado, impõe-se a necessidade de que as Confederações, Membros e Ligas afiliados à FIFA concordem em reconhecer o TAS/CAS como autoridade judicial independente passível de julgar, em sede de apelação, casos provenientes de seus próprios órgãos jurisdicionais.

Isso não está bem claro, no entanto, no art. 59 do Estatuto da FIFA, quanto à forma que deve ser feito. Uma coisa é clara: por ser um Tribunal Arbitral, ninguém pode ser compelido a litigar perante ele, ou seja, deve haver concordância prévia, seja na situação de uma causa de competência originária do TAS/CAS, ou quando for uma apelação de decisão de órgão nacional. Neste segundo caso, supõe-se que haja, no estatuto de determinada Confederação ou Liga, o reconhecimento da existência do TAS/CAS. Caso contrário, muitas questões levantadas neste estudo já seriam respondidas: sem previsão da existência desta instância, não teria havido concordância prévia em litigar no âmbito do TAS/CAS, sendo impossibilitada a arbitragem por falta de cláusula compromissória. Aliás, a não inserção desta cláusula, é claramente um desrespeito às exigências da FIFA, o que poderia acarretar sanções duras por parte dessa.

O Estatuto da CBF, que é o estatuto ao qual os partícipes do futebol brasileiro aderiram e concordaram respeitar, é claro em definir quais são os órgãos da sua Justiça Desportiva. Ele considera como última instância o STJD. Cita, apenas, a existência do TAS/CAS, em seus art. 75 (admitindo que a CBF assegurará o cumprimento integral de decisões advindas do TAS/CAS), não o fazendo de forma clara quanto à possibilidade de admiti-lo como instância recursal e deixando no ar a dúvida quanto ao reconhecimento do TAS/CAS como instância da Justiça Desportiva⁵⁵.

Portanto, por um viés arbitralista, se poderia muito bem alegar falta de cláusula compromissória na possibilidade de se apelar ao TAS/CAS, uma vez que a Confederação, Entidade de Prática Desportiva ou Liga não concordou com nenhuma regra em nenhum estatuto que fizesse menção expressa à necessidade de recurso ao Tribunal Arbitral para fins de esgotamento das instâncias desportivas.

⁵⁵ Há quem considere, no entanto, que esse dispositivo já é suficiente para considerar que o Estatuto da CBF prevê o TAS/CAS como instância recursal.

No entanto, pode-se sustentar tese contrária, ou seja, de que a regra da FIFA é imperativa e que o TAS/CAS é sim a última instância, e não o STJD. Isso porque o mesmo Estatuto da CBF prevê, no art. 70, §3º, o respeito aos regulamentos, estatutos, circulares e decisões da FIFA, o que ensejaria, conseqüentemente, a aceitação do TAS/CAS como instância recursal, assim como consta do art. 57 e 58 do Estatuto da FIFA. Seguindo essa corrente, só se admitiria a apreciação de causas desportivas pelo Judiciário após esgotada inclusive a instância do TAS/CAS.

Assim, sempre foi obscura e dúbia a qualificação do TAS/CAS como instância da Justiça Desportiva para fins do esgotamento das mesmas, ao lermos apenas a letra da lei. Há uma matéria peculiar, em que isso não se discute: o *doping*. Há um tratado internacional – a Convenção Internacional contra o *Doping* nos Esportes, do qual o Brasil é signatário e que foi trazido à nossa legislação pelo decreto 6.653/08. Nele, define-se que há competência do TAS/CAS nos recursos de decisões finais do STJD relativas ao doping. Por exemplo, no caso Jobson⁵⁶, ex-atleta do Botafogo, e do Deco⁵⁷, ex-atleta do Fluminense, ambos julgados e condenados pelo STJD, os quais puderam recorrer ao TAS/CAS como instância final.

4.2. O TAS/CAS É A ÚLTIMA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA?

A presente discussão é relevante na prática, uma vez que só com o esgotamento das instâncias desportivas se permite o acesso ao Judiciário (art. 217, §1º, CF). Desta forma, é necessário saber qual é a última instância considerada para este fim: se é o STJD, ou o TAS/CAS.

O recurso ao TAS/CAS é necessário para fins de esgotamento das instâncias desportivas e posterior acesso ao Judiciário? Com outras palavras, seria ele condição para a apreciação de causas desportivas pelo Judiciário, conforme previsto no art. 217, §1º, da CF/88? Consideraremos aqui como se a previsão no Estatuto da CBF fosse de clareza solar quanto à competência do TAS/CAS.

Enfaticamente, a resposta é não. E há uma resposta bem simples para isso baseada em argumentos diferente dos apresentados no tópico anterior: ao apelar-se ao TAS/CAS, não se está interpondo um recurso, e sim se instaurando um

⁵⁶ CAS 2007/A/1370 & 1376

⁵⁷ CAS 2013/A/3395

procedimento arbitral que tem como escopo uma decisão advinda de um tribunal desportivo. O TAS/CAS é um tribunal arbitral como qualquer outro no mundo, como a Câmara Internacional de Comércio (ICC), por exemplo, ao qual as partes se dirigem quando houver a cláusula arbitral ou o compromisso para tanto. No caso do procedimento de apelação, há a necessidade da cláusula, como já dito, no estatuto da Federação cuja decisão está sendo atacada. O que ocorre, então, é a instauração de um procedimento arbitral, e não um recurso, no sentido técnico-jurídico da palavra.

Isso fica evidente quando se lê, no Código de Arbitragem do TAS/CAS, art. 57, §1º, que toda a matéria do caso será levada aos árbitros, que poderão rever todos os fatos e normas aplicadas, podendo, inclusive, prejudicar a parte que impugnou a decisão⁵⁸. Dessa forma, resta evidente que o “recurso” ao TAS/CAS não é, na verdade, um recurso, e sim um procedimento arbitral como qualquer outro, que tem como causa a irresignação a uma decisão final do respectivo órgão decisório desportivo da Federação.

Nota-se, assim, que o TAS/CAS evidentemente não pode ser considerado instância recursal da Justiça Desportiva, apenas pelo fato de que ele existe como órgão máximo de resolução de conflitos desportivos e que a legislação brasileira exige o respeito a normas internacionais. Isso porque, mesmo nos casos em que haja a previsão estatutária, considero ainda que a instauração da arbitragem no TAS/CAS é opcional, dado seu caráter de arbitragem, e não de recurso. Ou seja, a parte prejudicada pela decisão do STJD não é (e não poderia ser) obrigada a dar início a uma arbitragem – a única obrigação que existe é da outra parte, caso a prejudicada opte por fazê-lo. Por outro lado, caso a parte prejudicada prefira acionar o Poder Judiciário, ela também poderá, com base no esgotamento das instâncias desportivas

⁵⁸ CODE OF SPORTS-RELATED ARBITRATION: Art. R57: *The Panel has full power to review the facts and the law. It may issue a new decision which replaces the decision challenged or annul the decision and refer the case back to the previous instance. The President of the Panel may request communication of the file of the federation, association or sports-related body, whose decision is the subject of the appeal. Upon transfer of the CAS file to the Panel, the President of the Panel shall issue directions in connection with the hearing for the examination of the parties, the witnesses and the experts, as well as for the oral arguments.* “O Painel tem totais poderes para rever fatos e leis. Isso pode gerar nova decisão, a qual substitui a decisão desafiada ou anula a decisão e devolve o caso de volta à instância anterior. O Presidente do Painel pode requerer comunicação com a Federação, associação ou corpo relacionado ao esporte, de onde veio a decisão apelada. Após o envio ao Painel, o Presidente deve dar direções relacionadas à audiência para exame das partes, testemunhas e peritos, assim como para argumentos orais. Tradução livre. Disponível em: http://www.tas-cas.org/fileadmin/user_upload/Code_2016_final_en_.pdf

previsto constitucionalmente, uma vez que o TAS/CAS não seria mais considerado como tal para fins desse “esgotamento”.

Como consequência disso, tem-se que o acesso ao Judiciário, no Brasil, já é possível após o esgotamento das instâncias internas da Justiça Desportiva, considerando-se o STJD como a última. Tende-se, assim, a afirmar que a instauração de arbitragem no TAS/CAS, para somente então poder acionar o Poder Judiciário, não deve ser vista como uma necessidade, e sim como uma possibilidade, para aqueles que disfrutam das capacidades econômicas e técnicas para tanto, e desejam firmar um compromisso arbitral (ou tenham previsto a cláusula compromissória). Assim, torna-se o acesso ao TAS/CAS opcional à parte prejudicada pela decisão do STJD. Caso essa opção seja tomada, contudo, a parte diversa não poderá recusar, uma vez que está vinculada pelo compromisso arbitral.

Isso tudo poderá ser posto em cheque, como se verá a seguir, por conta de uma determinação específica em meio ao Estatuto da FIFA que gera grande discussão em vários países a respeito de até onde pode chegar o poder da entidade, bem como qual o limite de aplicação das normas internacionais de direito desportivo.

5. A PROIBIÇÃO DA FIFA DO ACESSO ÀS CORTES ORDINÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Toda a discussão havida até agora foi feita com base no reconhecimento ou não do TAS/CAS como instância da Justiça Desportiva, tendo como efeito prático a definição do momento em que se permite o acesso ao Judiciário, segundo a Constituição brasileira. E se toda essa argumentação fosse completamente afetada por uma norma estatutária das Federações Internacionais? Tomaremos como exemplo, novamente, o futebol e sua Federação: a FIFA.

5.1. O CONFLITO “ALÉM DA NORMA”

O acesso à justiça é um direito fundamental garantido no art. 5º, XXXV, para todo e qualquer cidadão, bem como a ampla defesa e o devido processo legal. Ao mesmo tempo, o art. 217, §1º, cria uma condição para que haja esse acesso – que é o esgotamento das instâncias desportivas quando se tratar de matéria desportiva. Esse ponto, sobre o qual já pude me manifestar em outra oportunidade⁵⁹, é algo superado, ou seja, já se compreende que o art. 217 foi uma exceção aberta pelo Poder Constituinte, que viu a necessidade de criar um corpo especializado para a solução de disputas desportivas, possibilitando o acesso ao Judiciário apenas em momento posterior ao esgotamento do procedimento perante este.

Em âmbito interno, isso é plenamente aceitável. No entanto, ao partirmos para o âmbito externo, notaremos um novo conflito: dessa vez não verdadeiramente de normas, mas sim de interesses e poderes. A FIFA, em seu Estatuto, veda expressamente – exceto em situações excepcionais descritas no próprio documento – que seus afiliados (Confederações, Ligas, Atletas, Clubes, etc.) acionem o poder estatal de seus países para dirimir seus conflitos desportivos:

⁵⁹ WAMBIER, Pedro. Constituição e Tutela Jurisdicional: Análise da Justiça Desportiva como Equivalente Jurisdicional. In: Revista Síntese de Direito Desportivo. Ano 5, nº 29 (Fev/Mar. 2016). São Paulo, 2016. P. 28-64.

Art. 59.

2. *Recourse to ordinary courts of law is prohibited unless specifically provided for in the FIFA regulations. Recourse to ordinary courts of law for all types of provisional measures is also prohibited.*

3. *The associations shall insert a clause in their statutes or regulations, stipulating that it is prohibited to take disputes in the association or disputes affecting leagues, members of leagues, clubs, members of clubs, players, officials and other association officials to ordinary courts of law, unless the FIFA regulations or binding legal provisions specifically provide for or stipulate recourse to ordinary courts of law. Instead of recourse to ordinary courts of law, provision shall be made for arbitration. Such disputes shall be taken to an independent and duly constituted arbitration tribunal recognised under the rules of the association or confederation or to CAS. The associations shall also ensure that this stipulation is implemented in the association, if necessary by imposing a binding obligation on its members. The associations shall impose sanctions on any party that fails to respect this obligation and ensure that any appeal against such sanctions shall likewise be strictly submitted to arbitration, and not to ordinary courts of law⁶⁰.*

O dispositivo 59.2 define que o acesso às vias ordinárias de Justiça dos seus países afiliados é estritamente proibido, exceto nos casos especificados (que se resumem especialmente às questões trabalhistas). O 59.3 determina que as associações vinculadas à FIFA insiram uma cláusula nos seus respectivos estatutos confirmando essa proibição e vinculando as ligas, clubes, atletas e demais membros que estão submetidos à jurisdição da FIFA, fiscalizando seu cumprimento e punindo eventuais desrespeitos.

A CBF o faz, em seu estatuto, no art. 74:

⁶⁰ “Art. 59. 2. O recurso a cortes ordinárias é proibido, exceto se especificamente permitido nos regulamentos FIFA. Recurso às cortes ordinárias para qualquer tipo de medidas cautelares é igualmente proibido. 3. As associações devem inserir uma cláusula em seus estatutos ou regulamentos, estipulando que é proibido levar disputas dentro de associações ou disputas relacionadas a ligas, membros de ligas, clubes, membros de clubes, atletas, oficiais e outros oficiais da associação a cortes ordinárias, ao menos que os regulamentos FIFA ou previsões legais vinculantes especificamente prevejam ou estipulem o recurso às cortes ordinárias. Ao invés de recurso a cortes ordinárias, tal medida deve ser feita por arbitragem. As disputas devem ser levadas a um tribunal arbitral independente e constituído pelas regras da própria Federação ou ao TAS/CAS. As associações devem igualmente garantir que essa determinação seja implementada na mesma, se necessário impondo uma obrigação vinculante a seus membros. As associações devem sancionar qualquer parte que falhe em respeitar essa obrigação e garantir que qualquer apelo contra essas sanções sejam também submetidas à arbitragem, e não a cortes ordinárias. ESTATUTO DA FIFA. Disponível em: http://www.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/58/14/48/2015fifastatutesen_neutral.pdf.

74. A CBF, seus membros, os clubes, os jogadores, os árbitros, os treinadores, os médicos, os preparadores físicos, os auxiliares, os agentes de partidas e os agentes de jogadores não levarão suas disputas aos tribunais ordinários, exceto nas hipóteses estabelecidas neste Estatuto e na regulamentação da FIFA. Qualquer desacordo será submetido à jurisdição da FIFA, da CONMEBOL, ou da CBF⁶¹.

O descumprimento dessa determinação pode acarretar pesadas punições, até a mais temida por seus afiliados: a exclusão dos quadros da entidade.

De um lado, portanto, temos o direito fundamental de toda e qualquer pessoa do acesso à Justiça; de outro uma determinação estatutária de uma entidade privada internacional ao qual seus membros estão submetidos que lhes tolhe esse direito. À primeira vista, parece um tanto quanto absurda essa determinação da FIFA, pois como pode uma entidade privada retirar de seus membros de um direito fundamental? Isso seria, como dito, à primeira vista, totalmente “inconstitucional” aqui no Brasil. No entanto, como se verá, a análise não pode ser vista por este viés. Para analisar este conflito, que denominarei de um conflito “além da norma”, devem-se pontuar algumas questões.

5.2. O CARÁTER SUPRAESTATAL E TRANSNACIONAL DO DIREITO DESPORTIVO EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Em primeiro lugar, cumpre destacar o caráter supraestatal e transnacional do direito desportivo no âmbito das Federações Internacionais e do Comitê Olímpico Internacional.

(...) para compreender o esporte e conseqüentemente o seu sistema privado de regras é necessário compreender antes a sua natureza não territorial, o seu caráter global e sua força vinculante que se internacionaliza e se uniformiza geralmente pacificamente, ou seja, dentro de processos globalizantes qualificados pela ampla expansão geográfica e alto nível de integração funcional⁶².

O direito desportivo internacional emanado dos corpos integrantes do Movimento Olímpico, como as Federações Internacionais e o Comitê Olímpico

⁶¹ O Estatuto da CBF não estava disponível na íntegra no momento da pesquisa, por estar sofrendo reformas do Comitê de Reformas da CBF.

⁶² TOLEDO, William de Aguiar. *Op. Cit.* P. 359.

Internacional, é dotado da seguinte peculiaridade: ao legislar, essas entidades o fazem, nas palavras de Prado, “com a intenção de regular as relações em todo o mundo, o que envolve culturas e sistemas jurídicos diferentes. É de se imaginar, portanto, que a mesma norma, ao encontrar sistemas jurídicos diferentes, possam a vir a conflitar com a legislação local”⁶³.

No entanto, esse conflito é relativo, uma vez que os destinatários dessas normas não são os Estados soberanos, e sim os sujeitos desportivos (federações, clubes, atletas, etc.) que se submetem às normas das entidades por estarem vinculados a elas. “Tal ordenamento não pertence ao Direito Internacional Público porque seus destinatários não são Estados soberanos no âmbito internacional, mas sim pessoas físicas e jurídicas, dentro da respectiva esfera infraestatal”⁶⁴.

Mas, mesmo assim, os Estados se veem no papel de proteger seus atletas cidadãos, associações e entidades nacionais, por meio de sua legislação local, quando essa entra em confronto com as normas expedidas pelas entidades internacionais do desporto. Há casos, por exemplo, em que uma Federação impõe uma sanção pesada a um atleta, que recorre ao Judiciário e este anula a punição por considera-la desarrazoada⁶⁵. Existiram casos, também, em que punições de suspensão foram anuladas com fulcro no direito do livre exercício da profissão.

Essa permanente tensão entre as normas expedidas pelas Federações Internacionais e as legislações nacionais de cada país filiado é um tema que exige uma profunda análise sobre a *Lex Sportiva* e o transconstitucionalismo.

⁶³ PRADO, Daniel Peralta. *Op. Cit.* P. 42.

⁶⁴ WILL, Michael B. NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS E DIREITO INTERNO. Tradução: José Angelo Estrella Faria. In: Revista Inf. Legislativa. N. 103. Jul/Set 1989. P. 367.

⁶⁵ *A argumentação tão claramente expressada pelo Tribunal de Munique no em si simples caso do doping foi o ponto de partida implícito de uma decisão posterior do Juizado de Direito de Münster. Aqui, porém, o caso não era nada simples: uma jogadora de vôlei tinha de pagar com uma suspensão perpétua a sua participação, por quatro meses, em uma equipe profissional norte-americana, conforme decisão da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), à qual a Federação alemã, depois de algumas escaramuças, considerou-se vinculada, tomando a si a tarefa de fazê-la cumprir. Sem ocupar-se de distinguir entre condições de licenciamento para competições e penalidades disciplinares, decidiram os juízes se tal decisão, do ponto de vista da legislação aplicável a associações do gênero, atacável em diversos pontos. Com referência à extensão da penalidade (perpétua), qualificou a sentença de exagerada, inadequada, inconstitucional e, por violar direito cogente alemão, nula (cf. art. 30 da Lei de Introdução ao Código Civil Alemão). Em consequência disso, não podia a federação alemã estar obrigada a cumprir as decisões abertamente nulas dos órgãos da FIVB, sendo, pelo contrário, de esperar-se que a federação nacional as ignore, pelo menos a nível interno.* WILL, Michael B. *Op. Cit.* P. 364.

Como uma pequena introdução a este tema, destacam-se as lições de importantes doutrinadores da área.

O grande estudioso do transconstitucionalismo no Brasil, Marcelo Neves, traz, em sua obra referente ao tema, explanações específicas sobre a *Lex Sportiva*, colacionando um trecho de decisão do TAS/CAS que considera inviável o exercício de uma modalidade esportiva em âmbito internacional, caso se busque obedecer a uma multiplicidade de regras nacionais potencialmente contraditórias, se apoiando no princípio da igualdade (que será abordado na sequência):

Em seu julgamento, o Tribunal Arbitral do Esporte foi peremptório na afirmação da autonomia do direito desportivo transnacional em face das ordens estatais. O princípio da igualdade, de cunho eminentemente constitucional, foi fundamental na argumentação do TAS, que decidiu nos seguintes termos:

‘O exercício de um esporte no nível internacional não poderia obedecer a uma multiplicidade de regras nacionais potencialmente contraditórias. Conferir apenas às leis nacionais o cuidado de reger as condições dentro das quais se devem desenvolver as competições internacionais terminaria em um sistema incoerente e desigualitário, com o risco adicional de que as autoridades se envolvam, mais cedo ou mais tarde, em uma corrida pela legislação menos repressiva. Para superar tais inconvenientes, basta assegurar-se que a mesma disciplina esportiva, desde que ela se desenvolva em um quadro internacional, é submetida às mesmas regras para todos os concorrentes. A situação jurídica na Espanha não determina uma solução diferente.

A soberania nacional, tal como ela se exprime por ocasião de medida disciplinar tomada por uma autoridade nacional, só tem, em princípio, vocação para aplicar-se sobre o território nacional. A decisão nacional pode ser substituída, contudo, por uma decisão da autoridade internacional – o TAS/CAS – para que seja assegurada a necessária uniformidade do direito. Certo, é teoricamente concebível que o Estado imponha as decisões nacionais até dentro das competições internacionais que se desenvolvem no seu território, em detrimento da autoridade internacional. Um tal comportamento iria, no entanto, de encontro a todos os esforços tendentes a lutar contra a dopagem no nível internacional, e poderia conduzir à exclusão do respectivo Estado das competições internacionais⁶⁶.

⁶⁶ NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Op. Cit.* P. 176.

Ken Foster, catedrático da Universidade de Westminster, em Londres, concorda com o entendimento, porém por meio de argumentos diferentes. Ele cita a própria estrutura piramidal do direito desportivo internacional como fundamental para o respeito absoluto das entidades nacionais às normas emanadas de suas respectivas Federações Internacionais, mesmo antes da própria legislação estatal de onde se encontra a entidade nacional:

*A more limited claim than total immunity is for the superior level of the regulation by the international sporting federations. They create a hierarchy of interlocking norms that ensures that they have jurisdiction over everyone and everything connected with the sport internationally. This translates into a claim that their own regulations have precedence over national laws and that athletes have a primary obligation to those rules rather than to the law of the land*⁶⁷.

Prado explica o que o autor inglês quis pontuar:

*A imunidade legal da qual as federações internacionais gozam, tendo a autonomia de suas normas sendo observadas e suas regras se sobrepondo às legislações estatais, advém tanto da natureza internacional quanto do modo pelo qual elas governam as demais federações nacionais. Esse modo hierárquico e piramidal de administração das entidades nacionais leva à necessidade decorrente de que as normas expedidas internacionalmente tenham de ser obrigatoriamente observadas antes da legislação pátria e estatal de cada país*⁶⁸.

No sentido contrário, se posiciona a doutrina alemã, mais especificamente Michael B. Will, afirmando que há um limite para isso, qual seja a ordem pública do país onde se encontra a Federação Nacional. Caso haja um descompasso entre as normas internacionais e a ordem pública, deve o Estado, em sua opinião, ignorar as regras desportivas internacionais, e não o contrário:

As federações internacionais estão sujeitas à legislação do Estado onde tenham sua sede (segue aqui uma citação da jurisprudência francesa

⁶⁷ “Um elemento além da imunidade legal de que as Federações Internacionais gozam é a superioridade de seus regulamentos. Elas criam uma hierarquia de normas que garante que terão jurisdição sobre todos e tudo que é conectado ao esporte internacionalmente. Isso se traduz no fato de que seus próprios regulamentos tem prevalência quanto às leis nacionais e que os atletas devem obedecer a essas regras antes da lei local”. Tradução livre. FOSTER, Ken. IS THERE A GLOBAL SPORTS LAW? In: Lex Sportiva: What is Sports Law? Coords: SIEKMANN, R. C. R.; SOEK, J. 2012. P. 48.

⁶⁸ PRADO, Daniel Peralta. Op Cit. P. 49.

referente às federações sediadas na França): segue-se que os regulamentos baixados pelas federações internacionais não são, de plano e incondicionalmente, aplicáveis; tais regulamentos devem, a seu turno, ser incorporados pela federação francesa competente, o que é o caso mais frequente, porque o respeito aos regulamentos condiciona a participação das equipes francesas nas competições internacionais; uma vez incorporadas, as regras desportivas internacionais são, contudo, apenas aplicáveis enquanto não contrariarem normas internas de ordem pública; em consequência pode acontecer, conclui o comissário governamental, que tais regras, por não preencherem tais condições, sejam, no caso concreto, desprezadas. Em outras palavras, não é o arcabouço internacional que ignora o Estado, mas sim o Estado que o ignora⁶⁹.

Para fins de pincelar o importante tema da *Lex Sportiva* e de se destacar o caráter transnacional do direito desportivo emanado das entidades internacionais, já se considera essa introdução suficiente. Voltemos à análise da norma internacional que veda o acesso às cortes ordinárias dos países cujas Confederações são afiliadas das Federações Internacionais – utilizando-se, novamente, a FIFA como exemplo⁷⁰.

A FIFA congrega, como já frisado, mais países membros do que a ONU. Portanto, inviável que se consiga agradar a todos, e compreensível a necessidade de se adotar um sistema normativo que obste o acesso às cortes ordinárias de cada Estado. Seria impossível imaginar causas desportivas decididas de acordo com a legislação e com a interferência estatal em cada país cuja Confederação é membro da FIFA. Imagine-se um panorama em que houvesse, por exemplo, a interferência das Supremas Cortes do Gabão, de Liechtenstein e da Arábia Saudita em uma mesma questão desportiva envolvendo o *doping*, resultando em interpretações e aplicações distintas a respeito de uma mesma substância. O caos se instalaria e a FIFA, certamente, perderia o controle e a prática desportiva restaria inviabilizada em escala mundial.

Em função disso, é necessário que as normas emanadas das Federações Internacionais tenham interpretação e aplicação uniformes para todos os seus afiliados – assim como a norma que veda o acesso ao Judiciário. Admite essa

⁶⁹ WILL, Michael B. *Op. Cit.* P. 370.

⁷⁰ O estudo foi feito com base nos estatutos da FIFA, por isso sua recorrente utilização como exemplo. No entanto, para as demais Federações Internacionais a situação em muito se assemelha, podendo ser analogamente relacionada para fins didáticos.

realidade Álvaro Melo Filho, nome que não se pode olvidar de mencionar quando o assunto é direito desportivo:

De fato, a FIFA, desde suas origens, é uma organização estruturada e dotada de um sistema normativo próprio ao qual se submetem, concentricamente, seus filiados, atletas, clubes, técnicos e dirigentes. Aliás, se o futebol em qualquer país permitir o desrespeito aos regulamentos das entidades que o sustentam e organizam, escarnecendo dos princípios que os clubes aceitam quanto entram nos campeonatos, poderá sofrer efeitos devastadores⁷¹.

Essa harmonização é possível pois, mesmo com todas as diversidades culturais de todas as nações com confederações afiliadas, o futebol ainda assim é o mesmo, praticado da mesma forma, sob as mesmas regras e sujeito às mesmas sanções em todo e qualquer lugar do mundo, independentemente das peculiaridades do local. É por isso, evidentemente, que é possível a realização de Olimpíadas e de Copas do Mundo, o símbolo da união dos países através do esporte.

Pedro A. Batista Martins resume essa preocupação:

Dada a amplitude do mundo do futebol e das várias dezenas de países cujas respectivas confederações são associadas à FIFA, não se há de negar a propriedade de se fixar um sistema normativo de resolução de conflitos para as controvérsias atinentes a essa prática esportiva.

Afinal, existem, hoje, 205 países filiados à FIFA⁷² (mais que os 191 filiados à ONU), e o mercado movimenta, em média US\$ 300 bilhões/ano, o que corresponde ao PIB da Argentina.

É surpreendente o número de países onde o futebol se pratica oficialmente. (...) A FIFA, hoje, é uma organização que congrega inúmeras nações de todas as partes do planeta.

É flagrante a diversidade de raças, etnias e de cultura dos povos praticantes do futebol, o que, por si só, ressalta e legitima a imperatividade na adoção de princípios e regras peculiares e, ademais, de um sistema próprio de solução

⁷¹ MELO FILHO, Álvaro. PRÁTICAS DESPORTIVAS EM FACE DO (NOVO) CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA: Retrospecto e Evolução. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 369.

⁷² Dado de 2007. Atualmente, com as recentes admissões de Kosovo e Gibraltar, a FIFA conta com 211 nações reconhecidas, contra as 193 da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://blogs.gazetaesportiva.com/jeannicolau/2016/05/17/gibraltar-e-kosovo-uma-emancipacao-pelo-futebol/>

de interesses como uma forma de se harmonizar, no âmbito internacional, a disciplina do esporte e conferir um mínimo de coerência a suas decisões.

Para tanto, os mandamentos da FIFA devem ser impostos a todos os seus filiados, independentemente das peculiaridades de cada nação e país, como um órgão supranacional de regência do esporte.

(...) Afinal, estamos diante de uma modalidade esportiva transnacional que reclama, por isso, e pela diversidade cultural dos filiados FIFA, uma consistência jurídica, sob pena de inviabilização de sua prática internacional de forma regular e ordenada.

(...) Ao transbordar fronteiras e atingir um número de países e povos com raças, religiões, sistemas legais, políticos e de governo tão díspares quanto conflitantes, torna-se premente dotar o direito do desporto futebolístico de uma harmonização e de uma proteção jurídica próprias, sob pena de sua inviabilização como esporte mundial.

O objetivo há de ser o de resguardar o interesse maior e geral do futebol mundial e, para isso, torna-se imperativo que se afastem ou se previnam potenciais ingerências políticas das autoridades dos muitos países filiados à FIFA”⁷³.

Parte da doutrina internacional vê da mesma forma. Jan Paulsson, ao tratar da arbitragem internacional para disputas desportivas, abordando as Federações Internacionais em seu conjunto, assevera:

And yet one must have sympathy for the situation of most sports federations, because at most levels they struggle against considerable odds to maintain uniform standards of sportsmanship and organisational quality. It would seem irresponsible to insist that they should be routinely subjected to judicial review, and be obliged to defend themselves in the courts of any country where their activity may have some ramifications.

(...) To allow national courts to second-guess the way federations go about performing this crucial policing function would not only lead to the risk that many federations would be brought to their knees under the weight of paperwork and legal fees, but also open the door to parochialism, favouritism, and indeed in some places corruption, and at any rate inevitably lead to a destruction of uniform standards as national judges intervene to apply

⁷³ MARTINS, Pedro A. Batista. VALIDADE DA VINCULAÇÃO E SUBMISSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA À COURT OF ARBITRATION FOR SPORTS. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 528 e 534.

inconsisten local norms. Furthermore, it may be doubted that ordinary judges are best suited to deal with specialised areas of sports discipline.

(...) In sum, while giving absolute authority to sports federations creates the risk of occasional instances of injustice, eliminating all their authority would lead to a certainty of total disruption of the presente constellation of systems⁷⁴.

Resumindo, Jan Paulsson considera irresponsável assumir que as Federações Internacionais devam se sujeitar à revisão judicial de suas normas e decisões, e se defender nas cortes de todos os países que possam se insurgir contra ela. Isso traria sérios riscos para todo o sistema jurídico desportivo, dando margem para decisões que desfavoreçam a FIFA em favor da Federação Nacional que litiga contra ela. Além disso, as cortes ordinárias nem sempre são as mais adequadas para julgar causas de origem desportiva, em função da celeridade e da especialidade que estas exigem (tema sobre o qual já pude me manifestar em outra oportunidade⁷⁵). O autor considera que dar absoluta autoridade às Federações Internacionais pode gerar, ocasionalmente, um risco de injustiça, mas que, por outro lado, eliminar essa autoridade certamente traria o caos e a desordem ao presente sistema.

Isso, sozinho, no entanto, pode ainda não ser suficiente para legitimar a FIFA tolher um direito fundamental constitucional, tal como o acesso à justiça. O segundo ponto que será abordado em seguida demonstra que os sujeitos que estão abrangidos por essa regra se submeteram validamente a ela, e, portanto, devem observá-la. Para tanto, será necessário fazer uma breve introdução sobre o princípio da autonomia desportiva.

⁷⁴ “Deve-se ter compaixão com a situação da maioria das federações desportivas, porque elas lidam com dificuldades para manter padrões uniformes de espírito esportivo e qualidade de organização. Seria irresponsável insistir que elas devam rotineiramente ser sujeitas a revisões judiciais, e serem obrigadas a se defender nas cortes de cada país onde suas atividades tenham ramificações. Permitir cortes nacionais questionarem a forma que as federações lidam com a essa crucial função não levaria somente ao risco de que as federações sofreriam os ônus e gastos com papeladas e taxas, mas também abrir as portas ao paroquialismo, favoritismo, e, sem dúvida, em certos locais a corrupção, e inevitavelmente levar a uma destruição de padrões uniformes ao passo que juízes estatais intervenham para aplicar normas locais inconsistentes. Além disso, coloca-se em dúvida se os juízes seriam os mais adequados para lidar com áreas especializadas da disciplina desportiva. Em suma, ao mesmo tempo que dar absoluta autoridade às federações internacionais cria o risco de ocasionais injustiças, eliminar toda sua autoridade levaria a uma certeza de total rompimento da presente constelação de sistemas”. Tradução livre. PAULSSON, Jan. ARBITRATION OF INTERNACIONAL SPORT DISPUTES. In: The Court of Arbitration for Sport (1984-2004). Coord. BLACKSHAW, Ian S.; SIEKMANN, Robert C. R.; SOEK, Janwillem. P. 42.

⁷⁵ Wambier, PEDRO. *Op. Cit.*

5.3. A VALIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS: RESULTADO DO EXERCÍCIO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DESPORTIVA

O princípio da autonomia das entidades desportivas é um dos mais relevantes do direito desportivo. Insculpido no art. 217, I, da CF/88⁷⁶, ele prevê a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações quanto à sua forma de organização e funcionamento internos. Isso evita que haja ingerência externa, sobretudo estatal, na forma em que uma entidade desportiva se autorregula e auto organiza, permitindo que ela opte por qual sistema governará seu funcionamento⁷⁷. Em outros termos, possibilita-se que, dentro dos limites constitucionais, a entidade atue livremente, não podendo ser compelida pelo Poder Público a realizar algo contra a sua vontade em seu âmbito interno.

Somado a isso, destaca-se a determinação do art. 1, §1º, da Lei Pelé (Lei 9.615/98)⁷⁸, que define que a prática desportiva formal, no Brasil, é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

Com base nisso, chega-se à seguinte conclusão: a vinculação a entidades internacionais é realizada de livre e espontânea vontade pela entidade nacional, com base na sua autonomia. Isso corresponde, no mesmo momento, à aceitação das normas internacionais emanadas por aquela, passando a ser cogentes e válidas tais como as normas da própria entidade nacional. E, como consequência disso, não apenas a entidade nacional deve respeitá-las, mas todos aqueles igualmente vinculados a essa: clubes, atletas, associações, treinadores, auxiliares, etc., ou seja, todos que estão sob a égide da Federação Nacional⁷⁹.

⁷⁶ BRASIL. Constituição Federal. Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

⁷⁷ MARTINS, Pedro A. Batista. *Op. Cit.* P. 535.

⁷⁸ BRASIL. Lei 9.615, de 24 de Março de 1998. Art. 1º, §1º: § 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

⁷⁹ Isso se dá especificamente pelo sistema em que se desenha o direito desportivo internacional, por meio de Federações Internacionais e Nacionais. Explica Ramon Vasconcelos Negócio: *As regras das FIs não têm por destinatários apenas as FNs. Elas visam algo maior e mais importante: atingir diretamente os atletas em qualquer lugar do mundo. Afiliando-se a uma FN, um atleta encontra-se, por efeito cascata (pela simples afiliação de sua FN à FI), submetido aos regulamentos da FI.* NEGÓCIO,

Explica a situação Pedro A. Batista Martins:

Por essa norma (art. 1º, §1º, Lei Pelé) infere-se que o direito internacional desportivo e as regras da prática futebolística operam efeitos de direito, se aceitas pela entidade nacional. É justamente o caso dos Estatutos FIFA, cujas normas são acatadas pela entidade que a ela, espontaneamente, se filia.

Mutatis mutandis, a vinculação à cláusula dos estatutos FIFA se assemelha à obediência do acionista aos estatutos sociais da companhia de que é acionista. A opção é daquele que pretende integrar a entidade. Esta não obriga ninguém. Ao contrário, seu prestígio é que atrai o interesse das associações regionais. Mas as regras devem ser púnicas, para todos os filiados, sob pena de se impossibilitar a reunião associativa

(...) A entidade brasileira ao buscar a filiação à FIFA, o faz por livre e espontânea vontade, baseada no seu interesse pessoal e com fundamento na autonomia que tem para se organizar e funcionar⁸⁰.

(...) Essa liberdade associativa, juntamente com a autonomia para se autorregular e a sujeição ao regime de direito privado, parece-me, conferem legitimidade à entidade nacional de se filiar à FIFA e, conseqüentemente, se sujeitar ao ordenamento constante de seus estatutos, inclusive o que afasta a justiça comum em prol da solução dos conflitos pela arbitragem da CAS.

Todo esse substrato legal torna válida a filiação e eficazes as regras estatutárias da FIFA. Em outros termos, a entidade nacional se vincula e, assim, se obriga por proceder nos exatos termos dos estatutos FIFA⁸¹.

A analogia é perfeita. A obrigação estende-se somente aos que optaram por se vincular à entidade. O fato é que a FIFA não proíbe ninguém de exercer seu direito de acesso à justiça – só impõe uma condição para que se possa permanecer afiliado a ela. E, uma vez tomada a opção pela afiliação (frise-se, espontânea e voluntária, com fulcro na sua autonomia) a entidade nacional se submete às normas expedidas por ela, que devem ser acatadas e respeitadas integralmente.

Se há o verdadeiro desejo de se acionar as cortes estatais, o acesso estará sempre garantido constitucionalmente. A FIFA, porém, pode punir quem o fez com a

Ramon Vasconcelos. Lex Sportiva: Da autonomia jurídica ao diálogo transconstitucional. Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. P. 19.

⁸⁰ MARTINS, Pedro A. Batista. *Op. Cit.* P. 536.

⁸¹ MARTINS, Pedro A. Batista. *Op. Cit.* P. 537

exclusão do quadro de afiliados⁸² – mas, de forma alguma, criará verdadeiros empecilhos para o acesso ao Judiciário. Em função disso que não se considera essa vedação uma norma que atenta contra a ordem pública.

Do outro lado, o questionamento poderia ser no seguinte sentido: há, realmente, a dita “espontânea manifestação de vontade” na vinculação da entidade nacional à internacional?

Explica-se: a realidade fática é bem diferente da jurídica. Ou seja, em tese há essa opção, conforme foi demonstrado, por meio do princípio da autonomia das entidades desportivas. No entanto, no plano dos fatos, isso torna-se um pouco mais complexo.

Parece-nos que isso se dá muito em função do prestígio e do monopólio que a FIFA possui no mundo do futebol. Na verdade, o fato é que não há vida fora da FIFA – e na maioria das modalidades isso se repete. O que se vê é que tudo vinculado ao futebol é vinculado à FIFA – e tudo associado aos outros esportes é associado à sua respectiva Federação Internacional. Consequência disso é que, caso a entidade nacional opte por não se vincular à sua respectiva entidade internacional, certamente ela ficará marginalizada na sua modalidade em nível mundial, não podendo figurar em competições como a Copa do Mundo (no caso do futebol), Olimpíadas e demais competições relevantes⁸³. Ou seja, faticamente, essa opção não existe.

Contudo, esse detalhe em nada importa às Federações Internacionais, que certamente se utilizam da sua posição de monopólio da regulação e organização da modalidade e da sua competência para excluir os Estados das competições

⁸² Não foi encontrado nenhum caso em que isso verdadeiramente tenha ocorrido, mas notou-se que ameaças já foram feitas diversas vezes, requerendo-se a retirada do processo judicial, ou, como no Caso Mateus, do Gil Vicente, a exigência de que o processo fosse julgado até o início da competição. O “Caso Mateus” conheceu desenvolvimentos no interior da Liga de Clubes e Federação Portuguesa de Futebol, acabando depois por chegar à FIFA que ameaçou aqueles dois organismos de que haveria sanções desportivas a nível de seleções nacionais e participação das equipas portuguesas em competições europeias caso o processo não fosse resolvido a tempo do início dos campeonatos profissionais. Disponível em: <http://www.ojogo.pt/futebol/noticias/interior/gil-vicente-ganha-caso-mateus-5201098.html>. Acesso em 15/10/2016.

⁸³ Vide casos de Kosovo e Gibraltar, que tiveram suas respectivas seleções atuando apenas em amistosos por vários anos, tendo obtido a vinculação à FIFA somente neste ano, podendo, a partir de agora, figurar em Eliminatórias para a próxima Copa do Mundo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/kosovo-gibraltar-sao-incluidos-pela-fifa-nas-eliminatarias-da-copa-de-2018-19474048>

internacionais para benefício próprio, e não como item de preocupação com a incômoda situação alheia.

Isso é o mais evidente reflexo do poder coercitivo da FIFA e da aplicabilidade de suas normas, que se funda, basicamente, na necessidade que há em se manter vinculado a ela, em função do seu prestígio e de tudo o que diz respeito ao futebol ser de monopólio da entidade – o que, no entanto, pode acarretar conflitos entre as ordens jurídicas estatais e suas normas internacionais⁸⁴.

As lições de Álvaro Melo Filho resumem e concluem a questão colocada, dando, porém, uma solução não condizente com a harmonização da ordem jurídica transnacional desportiva em relação às ordens jurídicas estatais, limitando-se a dar como opção ao litigante desportivo a desvinculação da FIFA para se efetuar o acesso às cortes ordinárias:

Torna-se, pois, de clareza solar que a independência do futebol em relação aos tribunais comuns é fundamental para a saúde e credibilidade do futebol. É verdade que a Constituição, sobretudo dos países democráticos, assegura a todos o direito de acesso aos tribunais comuns para a defesa de seus direitos e legítimos interesses garantindo, em teoria, a qualquer pessoa, o direito de recorrer à Justiça Comum.

Contudo, no caso do futebol, é vedado interpor recurso à justiça ordinária, impondo-se às partes ficarem adstritas às instâncias da Justiça desportiva. Contudo, os que consideram absurda a exigência de não levar suas demandas desportivas para os tribunais civis podem sempre optar por ficarem excluídos ou à margem dos campeonatos realizados ou oficializados pela FIFA ou suas filiadas, ou, então, disputar competições de outros entes não filiados à FIFA, ganhando, em contrapartida, o direito de recorrer e substituir a disputa de competições nacionais e internacionais pela litigância sem limites nos tribunais civis. Aliás, nunca é demais lembrar que a interferência dos poderes políticos nas federações nacionais ou qualquer tipo de recurso aos tribunais civis são duas hipóteses em que a FIFA age de modo radical e com tolerância zero⁸⁵.

⁸⁴ Explica Marcelo da Costa Pinto Neves: “Esse poder de mobilidade das entidades jurídico-desportivas ‘deslocalizadas’, junto com sua competência para excluir determinados Estados das competições ou torneios internacionais, torna a respectiva ordem jurídica transnacional ‘soberana’ perante os Estados, e, portanto, em concorrência com as ordens jurídicas estatais, levando à emergência de problemas transconstitucionais. NEVES, Marcelo da Costa Pinto. Op. Cit. P. 182.

⁸⁵ MELO FILHO, Álvaro. Op. Cit. P. 370.

Assim, não se conclui por considerar a opção de vinculação à entidade internacional como uma verdadeira “opção”. O conflito existente deve comportar uma solução melhor do que simplesmente “se não concorda, que se retire”. No entanto, enquanto não houver uma verdadeira harmonização da ordem jurídica desportiva global com as ordens jurídicas estatais (o que não se sabe se é plenamente possível), a solução mais adequada é que as Federações Internacionais se aproveitem da sua posição soberana para imporem o que lhes for mais adequado, apesar de, por vezes, estarem “ferindo” ordens jurídicas estatais.

No presente caso (da vedação às cortes ordinárias), não nos parece que haja um desrespeito impossível de se suportar, uma vez que, como se verá, as Federações Internacionais o fazem com o objetivo de manter viável a execução de sua modalidade desportiva em âmbito global, dando ênfase à necessidade de harmonia e ofertando meios extrajudiciais totalmente adequados, preparados e prontos para julgarem as causas provenientes dos conflitos desportivos.

5.4. O TRATAMENTO IGUALITÁRIO DOS PARTÍCIPIES DO MUNDO JURÍDICO DESPORTIVO

Outro aspecto que coloca em evidência a necessidade do afastamento das cortes ordinárias, e da utilização de meios extrajudiciais de solução de conflitos desportivos é a necessidade da observância do princípio da igualdade, que, aliás, é de cunho eminentemente constitucional.

Marcelo Neves coloca como principal argumento para a imposição da autonomia e “supraestatalidade” do direito desportivo o princípio da igualdade. “O ponto mais fundamental, para fins de análise do transconstitucionalismo entre a ordem estatal e ordem esportiva transnacional, parece-me encontrar no recurso ao princípio da igualdade⁸⁶”. Para ele, há a necessidade de se submeter todos os partícipes do mundo jurídico-desportivo a um tratamento igualitário, ou seja, “velando para que certas federações nacionais não mostrem passividade em face das faltas cometidas

⁸⁶ NEVES, Marcelo da Costa Pinto. TRANSCONSTITUCIONALISMO. Tese apresentada ao concurso para o provimento do cargo de professor titular na área de direito constitucional, junto ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. P. 176 e 177.

por seus desportistas nacionais⁸⁷”, e assegurando a aplicação de sanções iguais em casos iguais, ou seja, acima de tudo, prezando por um tratamento jurídico igualitário a todos aqueles que litigam no âmbito desportivo internacional.

Essa igualdade restaria completamente inviabilizada caso se admitisse a interferência das cortes ordinárias na solução dos conflitos desportivos. Em uma mesma situação, por exemplo, relativa ao *doping*, um atleta poderia ser condenado pela utilização de determinada substância em um país e, outro atleta que tivesse consumido a mesma substância, ver-se livre de qualquer sanção. Isso certamente atentaria contra uma ordem jurídica desportiva global, e, principalmente, contra o princípio da igualdade.

A criação de um Tribunal Arbitral, neste sentido, torna-se, novamente, muito acertada, pois é ele quem dá a interpretação adequada às normas internacionais e julga os casos relativos às suas infrações de forma uniformizada, evitando que o princípio da igualdade seja desrespeitado.

5.5. NA BALANÇA: VALE A PENA O ACESSO AO JUDICIÁRIO?

Em quarto lugar, outra análise material do conteúdo dessa norma pode contribuir para torna-la ainda mais legítima.

As Federações Internacionais vedam o acesso às cortes ordinárias dos países cujas Confederações são suas afiliadas, não só pelo fato de que isso poderia inviabilizar uma ordem desportiva global, mas também pelo fato de o desporto exigir uma prestação jurisdicional que muitas vezes estas cortes não estão aptas a oferecer.

O desporto, no que diz respeito à solução de conflitos, é dotado dos elementos especificidade e celeridade. Ou seja, é necessário que as causas desportivas sejam julgadas com a correlata rapidez e por quem tem amplo conhecimento da matéria, que, por sua vez, é extremamente específica e peculiar em relação aos demais ramos do direito.

Assim, é inconcebível que cortes ordinárias julguem demandas desportivas relativas a campeonatos dinâmicos e muitas vezes muito mais curtos do que o tempo

⁸⁷ NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Op. Cit.* P. 177.

que elas levam para decidir uma causa. Um Judiciário moroso é incompatível com a dinamicidade das competições desportivas, que exigem resultados rápidos em seus conflitos e demandas. Ou seja, a resolução de conflitos desportivos pelas vias estatais certamente prejudicaria o andamento das competições.

Segundo Álvaro Melo Filho:

O congestionamento do Judiciário não permite que as demandas e conflitos desportivos tenham uma tramitação célere, o que, na prática desportiva, prejudica o normal andamento das competições e perturba a dinâmica das disputas sucessivas constantes de calendários inadiáveis que não podem ficar condicionados à morosidade e às soluções tardias de decisões judiciais

Há um evidente despreparo do Judiciário para o trato das questões jurídico-desportivas que exigem dos julgadores o conhecimento e a vivência de normas, práticas e técnicas desportivas a que, normalmente, não estão afeitos e familiarizados, criando, desse modo, um perigo extraordinário em termos de denegação de justiça, pois há peculiaridades da codificação desportiva compreendidas e explicadas somente por quem milita nos desportos⁸⁸.

De fato, sabe-se que há meios extrajudiciais muito mais eficientes, adequados e preparados para receber e dar solução de qualidade aos sujeitos de direito do mundo desportivo.

Inclusive foi em função disso que a Constituição Federal deu espaço para a figura da Justiça Desportiva no Brasil, com o objetivo, justamente, de manter as causas desportivas longe do Poder Judiciário, tendo ciência de que este não é o melhor órgão para lidar com essas situações. Com efeito, ela tem cumprido o seu papel, não sendo à toa que Gilmar Mendes considera que “O STJD é um órgão de distribuição de justiça altamente especializado e eficiente⁸⁹”.

Da mesma forma enxergam as Federações Internacionais, que criam seus órgãos decisórios internos (vide Comitê Disciplinar da FIFA) e reconhecem o TAS/CAS como instância máxima de resolução de litígios. A utilização da arbitragem

⁸⁸ MELO FILHO, Álvaro. **NOVA LEI PELÉ**: Avanços e Impactos. Ed. Maquinária. Rio de Janeiro: 2011, P. 238

⁸⁹ MENDES, Gilmar. DIREITO DESPORTIVO: FUNÇÃO SOCIAL DOS DESPORTOS E A INDEPENDÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 342

é muito acertada, uma vez que esta é reconhecidamente mais célere, e comporta uma lista de membros altamente especializados na matéria para serem escolhidos, a dedo, como os julgadores.

Novamente nas palavras de Álvaro Melo Filho:

A falta de adequação das respostas judiciais às necessidades dos litigantes desportivos é a força motriz das fórmulas arbitrais como meios idôneos para a resolução dos conflitos futebolísticos. De outra parte, a flexibilidade do direito arbitral permite ter em conta a especificidade dos litígios futebolísticos, a par de assegurar atletas, clubes e agentes um autêntico “acesso à justiça”, e também salvaguardar a exigível uniformidade transnacional da ordem jurídico-desportiva⁹⁰.

Corroborando com o entendimento William de Aguiar Toledo:

A criação de uma corte global específica para resolução de conflitos esportivos adquire sentido diante da natureza e das necessidades que demandam o julgamento de casos desta natureza, porquanto uma decisão estatal, por mais ágil que pudesse ser, não teria a velocidade e principalmente a expertise necessária para adequadamente pôr fim ao feito em tempo hábil a não prejudicar, por exemplo, o andamento de uma competição internacional transmitida pelas diversas mídias em horários pré-estabelecidos, com contratos de patrocínio determinados e com uma carga de preparação social para a realização do evento em determinada época⁹¹.

Com base em tudo isso, colocam-se os seguintes questionamentos, apenas de forma retórica, já que foram respondidos pelas colocações acima postas: será que é tão necessário o acesso às cortes ordinárias para os atores do mundo jurídico desportivo? Mesmo considerando que isso possa trazer o caos à ordem desportiva mundial, além de sabendo que existem meios muito mais adequados, preparados e prontos para receberem e julgarem as causas desportivas? Vale a pena colocar tanto sob risco, quando, na verdade, o resultado (acesso às vias ordinárias) sequer tem garantia de satisfação? Sopesando-se os prós e contras, chega-se facilmente à seguinte conclusão: há muito mais a perder do que ganhar, sem dúvida.

⁹⁰ MELO FILHO, Álvaro. PRÁTICAS DESPORTIVAS EM FACE DO (NOVO) CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA: Retrospecto e Evolução. In: Curso de Direito Desportivo Sistemático. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 370 e 371.

⁹¹ TOLEDO, William de Aguiar. *Op. Cit.* P. 359.

5.6. A HARMONIZAÇÃO ENTRE A LEX SPORTIVA E AS ORDENS JURÍDICAS ESTATAIS: É POSSÍVEL?

Apesar de todos os argumentos até então expostos, favoráveis à prevalência de normas da FIFA, seja pelo seu caráter supraestatal, seja pela provável inviabilidade de se fazer de outra maneira, seja pela validade da vinculação das entidades nacionais ou da superioridade técnica dos meios extrajudiciais ofertados, não se pode esquecer que, no outro polo, estão colocados direitos constitucionais, tais como o acesso à Justiça e a ampla defesa, de alta relevância para o Estado de Direito e que não podem ser ignorados.

A questão é realmente polêmica. No entanto, desenha-se uma solução embrionária por meio da *Lex Sportiva*. Exige-se que, daqui para frente, realizem-se “conversações constitucionais construtivas entre ordem jurídica transnacional e ordem jurídica estatal⁹²”. Só assim se atingirá um sistema em que se possa satisfazer a todos: tanto às entidades internacionais de administração do desporto, como às autoridades estatais.

Novamente nas palavras de Marcelo Neves,

A afirmação expressa de primazia do direito desportivo internacional sobre o direito estatal, nesse caso, não exclui a colisão entre ordens jurídicas no âmbito do transconstitucionalismo. Há decisões de tribunais estatais anulando ou rejeitando a aplicação de laudos arbitrais desportivos nos respectivos países, quando elas ofendem princípios fundamentais da respectiva ordem estatal ou negam a ordem pública do ordenamento jurídico competente⁹³. Portanto, a ‘conversação’ transconstitucional entre ordens jurídicas é, em matéria de direito desportivo, inafastável. A esse propósito, é oportuna a asserção de Loquin: ‘a coexistência da ordem jurídica esportiva internacional [transnacional] e do direito dos Estados passa pela busca de um compromisso entre a especificidade da atividade desportiva e a proteção dos interesses públicos e particulares’. É na busca desse compromisso que se desenvolve o transconstitucionalismo entre o transnacional e o estatal em

⁹² NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Op. Cit.* P. 179.

⁹³ Como nos casos citados pelo próprio Neves, em que o Tribunal Administrativo de Paris julgou inconstitucional um dispositivo do Regulamento da Federação Francesa de Futebol. NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Op. Cit.* P. 181

*matéria jurídico-desportiva, com colisões entre direitos fundamentais enfrentados em perspectivas diversas*⁹⁴.

Assim, não há uma única resposta para a pergunta colocada no título do item. Não se sabe da viabilidade de efetivamente se harmonizarem as ordens jurídicas em conflito no presente caso. Contudo, é evidente que podem ser formuladas soluções mais adequadas e equilibradas, fora da lógica do “8 ou 80”, para que, da mesma forma que se consiga garantir a uniformidade da aplicação da ordem jurídica desportiva global, se possa manter coeso e íntegro o núcleo de direitos fundamentais das ordens jurídicas estatais que venham a conflitar com aquela.

⁹⁴ NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Op. Cit.* P. 180.

6. CONCLUSÃO

A primeira etapa do trabalho cingiu-se a introduzir os sistemas de direito desportivo, tanto em âmbito nacional, como em âmbito internacional. Apresentou-se a Justiça Desportiva e o TAS/CAS, analisando, posteriormente, a relação entre eles no tocante ao esgotamento das instâncias desportivas no que diz respeito ao posterior acesso à Justiça.

Concluiu-se, enfim, que o TAS/CAS não compõe a Justiça Desportiva, não sendo o “recurso” a ele (que, na verdade, não é um recurso) condição para o acesso ao Judiciário, conforme prevê a CF/88 no art, 217, §1º. Isso porque, apesar da falta de clareza presente nos estatutos que tratam do tema, o TAS/CAS exige a instauração de um procedimento arbitral, fato que não pode ser obrigatório se as partes decidirem por não fazê-lo, mesmo que previsto estatutariamente. O que se prevê é a possibilidade de fazê-lo, que, caso levada adiante pela parte prejudicada pela decisão final do STJD, vinculará a outra, necessariamente. Assim, ficou o acesso à Justiça permitido após o esgotamento das instâncias desportivas, considerando-se o STJD como instância final.

O passo seguinte foi introduzir o conflito existente entre essa possibilidade constitucional – de se levar causas desportivas ao Poder Judiciário – e a vedação emanada pelas Federações Internacionais de se acessar as cortes ordinárias. Isso gera, à primeira vista, uma conclusão superficial de que a Constituição brasileira certamente prevalece. No entanto, a análise deve ser muito mais profunda e nos leva ao tema do transconstitucionalismo e do conflito entre ordens jurídicas, buscando-se soluções viáveis.

Quanto ao conflito existente entre as ordens jurídicas estatais e a ordem jurídica transnacional desportiva, não se sabe se ele será plenamente resolvido; aliás, não se sabe se sua resolução é possível. No entanto, é aceitável que haja soluções mais adequadas às dadas atualmente aos conflitos de direitos fundamentais e normas internacionais, sobretudo quanto à vedação do acesso às cortes ordinárias. Essa determinação, por sua vez, se funda em diversos aspectos.

Primeiramente, na necessidade de manutenção e viabilidade de uma ordem jurídica desportiva global para o exercício internacional de determinada modalidade, ou seja,

no caos que haveria caso cada país pudesse se utilizar de sua legislação local, de suas cortes ordinárias e da interferência de seus Estados para julgar causas desportivas e interpretar/aplicar normas internacionais.

Em segundo lugar, na validade da vinculação da entidade nacional à norma internacional e o risco de desfiliação, de forma que houve uma opção da entidade nacional de se afiliar à Federação da qual emana a regulamentação internacional. E, uma vez vinculado, deve haver a observância e o cumprimento de seus Estatutos e regulamentos.

Na sequência, o respeito ao princípio da igualdade relativamente aos partícipes do mundo jurídico-desportivo. Assim como os direitos fundamentais violados por essa determinação, o contrário também poderia acarretar a ofensa a um direito fundamental: o da igualdade. A possibilidade de julgamento de causas desportivas por cortes ordinárias faria com que causas similares fossem julgadas de forma diametralmente oposta por serem de nacionalidades diferentes. No *doping*, por exemplo, o atleta que consumiu a substância X poderia ser sancionado em um país, e no outro não.

Por fim, importante frisar a oferta de meios extrajudiciais de solução de conflitos mais adequados pelas entidades de administração do desporto, prontos e preparados ao julgamento de causas desportivas ao invés do despreparo e morosidade das cortes ordinárias estatais. O TAS/CAS, como demonstrado, é o órgão mais preparado para julgar estas causas, sendo ele célere, especializado e acessível, além de ter o importante papel de contribuir com a uniformização da aplicação e da interpretação das normas no âmbito do direito desportivo internacional.

Mesmo considerando todos os itens em prol daquilo que foi exposto, não se nega que há ofensa aos direitos fundamentais do acesso à Justiça e da ampla defesa. Logo, o tema não pode se esgotar com simples conclusões, exigindo um debate maior com relação à necessidade de haver um diálogo transconstitucional. Propõe-se o desenvolvimento do diálogo entre as ordens jurídicas estatais e a ordem jurídico-desportiva global, com o intuito de harmonizá-las e acabar – se possível – com transgressões a direitos internos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AASP. Revista do Advogado da AASP. Ano XXXIV, Abril de 2014, nº 122.

ALTHOFF DECAT, Scheyla. **DIREITO PROCESSUAL DESPORTIVO**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

ANDREOTTI, Leonardo. **O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE**: Análise jurídica e política. In: REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO. Ano 11, vol. 21, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012. P. 127.

ARRUDA ALVIM. **MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**. Ed. 16. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2013.

BARROS JÚNIOR, Edmilson de Almeida. **DIREITO DESPORTIVO: O DESPORTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **JUDICIALIZAÇÃO, ATIVISMO JUDICIAL E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA**. Atualidades Jurídicas – Revista eletrônica do Conselho Superior da OAB, n. 4, p. 1, 10, jan-fev 2009.

BOGDAN, Felipe Branco. **A JUSTIÇA DESPORTIVA E O PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL**. Monografia apresentada no curso de direito da UFSC, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

CARVALHO, Alcírio Dardeau de. **COMENTÁRIOS À LEI SOBRE DESPORTOS**: lei 9.615, de 24 de Março de 1998. Rio de Janeiro: Destaque, 2000.

CASINI, Lorenzo. **THE MAKING OF A LEX SPORTIVA. THE COURT OF ARBITRATION FOR SPORT “DER ERNAHRER”**. P. 10-11. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1621335. Acesso em 20/10/2016.

DELBIN, Gustavo (Coord.). **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 12, vol. 23, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 13, vol. 25, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

DELBIN, Gustavo, GRACHE, Ricardo e COSTA E SILVA, Rodrigo Ferreira. **ELEMENTOS DE DIREITO DESPORTIVO SISTÊMICO**. Ed. Quartier Latin, São Paulo: 2008.

DELBIN, Gustavo e SANTORO, Luiz Felipe Guimarães (Coords.). **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 9, vol. 17, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 9, vol. 18, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 10, vol. 19, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 11, vol. 21, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 11, vol. 22, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

DIDIER, Fredie. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**. Vol. 1. 16 ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2014.

FISS, Owen. **THE FORMS OF JUSTICE**. Harvard Law Review.

FOSTER, Ken. **IS THERE A GLOBAL SPORTS LAW?** In: Lex Sportiva: What is Sports Law? Coords: SIEKMANN, R. C. R.; SOEK, J. 2012.

GRADELA FILHO, Paulo César. BRACKS, Paulo e JORDÃO, Milton (Coords.). **CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA**: Comentários à Resolução CNE 29, de 10.12.2009. Curitiba: Juruá, 2012.

KRIEGER, Marcílio. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. São Paulo: Editora OAB/SP. Vol. I.

LANFREDI, Luis Geraldo Sant'ana. **JURISDIÇÃO DESPORTIVA, COMUM E DO TRABALHO:** (inter) relações inexoráveis. II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista. Dourados: Siriema, 2009.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A IMBRIGAÇÃO ENTRE JUSTIÇA DESPORTIVA E JUSTIÇA ESTATAL:** O Caso da Associação Portuguesa de Desportos no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2013 – contribuição para o deslinde técnico-jurídico da controvérsia. Separata da Revista dos Tribunais. Ano 103 – vol. 944 – junho de 2014.

_____. **A INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL E SUAS EXCEÇÕES** – Estudo Quanto À Aplicação Do Tema À Justiça Desportiva No Âmbito Do Futebol. Revista de Processo, São Paulo, v. 7, n. 31. 1983. P. 54.

MARTINS, Pedro A. Batista. **VALIDADE DA VINCULAÇÃO E SUBMISSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA À COURT OF ARBITRATION FOR SPORTS.** In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007.

MELO FILHO, Álvaro. **NOVA LEI PELÉ:** Avanços e Impactos. Ed. Maquinária. Rio de Janeiro: 2011.

_____. **NOVO CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA.** São Paulo: Executiva, 2010.

_____. **PRINCÍPIOS DESPORTIVOS EM SEDE CONSTITUCIONAL.** In: Revista Brasileira de Direito Desportivo. Ano 11, vol. 21, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **PRÁTICAS DESPORTIVAS EM FACE DO (NOVO) CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA:** Retrospecto e Evolução. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira e GONET BRANCO, Paulo Gustavo. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL.** 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar. **DIREITO DESPORTIVO: FUNÇÃO SOCIAL DOS DESPORTOS E A INDEPENDÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA**. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 341.

MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. **A ARBITRAGEM NO DIREITO DESPORTIVO**: A Câmara de Resolução de Disputas da FIFA e o Tribunal Arbitral do Esporte. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 497.

NEGÓCIO, Ramon Vasconcelos. **LEX SPORTIVA: DA AUTONOMIA JURÍDICA AO DIÁLOGO TRANSCONSTITUCIONAL**. Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

NERY JUNIOR, Nelson. **PRINCÍPIOS DO PROCESSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**: processo civil, penal e administrativo. 9ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 162.

NUZMAN, Carlos Arthur. **ORGANIZAÇÃO DO DIREITO DESPORTIVO INTERNACIONAL**: Normas e Funcionamento do COI, das Federações Internacionais, COB e FIFA. In: Curso de Direito Desportivo Sistemico. MACHADO, Rubens Approbato et al (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2007. P. 50.

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. **TRANSCONSTITUCIONALISMO**. Tese apresentada ao concurso para o provimento do cargo de professor titular na área de direito constitucional, junto ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PAULSSON, Jan. **ARBITRATION OF INTERNACIONAL SPORT DISPUTES**. In: The Court of Arbitration for Sport (1984-2004). Coord. BLACKSHAW, Ian S.; SIEKMANN, Robert C. R.; SOEK, Janwillem.

PRADO, Daniel Peralta. **NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: FIFA, CBF E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**. Monografia apresentada no Curso de Direito da Faculdade de Direito da UFPR, 2012.

SANTOS, Rui Botica e COMICHOLI, Bruno. A ARBITRAGEM NA CORTE ARBITRAL DO ESPORTE (TAS/CAS). In: **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Vol. 17, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010. P. 194-209.

SCHMITT, Paulo Marcos. **REGIME JURÍDICO E PRINCÍPIOS DO DIREITO DESPORTIVO**. Acesso em 05/06/2016. Disponível em:
http://www.esporte.pr.gov.br/arquivos/File/regime_juridico.pdf.

_____. **CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA COMENTADO**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. **CURSO DE JUSTIÇA DESPORTIVA**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SESMA, Edson. **CORTE ARBITRAL DO ESPORTE – ASEPCTO PRÁTICO E PROCEDIMENTOS**. In: **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Vol. 8, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. P. 81-95.

TOLEDO, William de Aguiar. **A LEX SPORTIVA COMO UMA NOVA FONTE DO DIREITO**. In: **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO**. Ano 12, vol. 23, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013. P. 345.

VIANNA, Ricardo dos Santos. **DO DIREITO DESPORTIVO E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICO-DESPORTIVAS**. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos.

WILL, Michael B. **NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS E DIREITO INTERNO**. Tradução: José Angelo Estrella Faria. In: *Revista Inf. Legislativa*. N. 103. Jul/Set 1989.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. **CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

WAMBIER, Pedro. **CONSTITUIÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL: ANÁLISE DA JUSTIÇA DESPORTIVA COMO EQUIVALENTE JURISDICIONAL**. In: *Revista Síntese de Direito Desportivo*. Ano 5, nº 29 (Fev/Mar. 2016). São Paulo, 2016. P. 28-64.